Ministério da Cultura

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Observatório da Economia Criativa

apresentam

RELATÓRIO DA 1ª ETAPA DA PESQUISA

Pressupostos Teóricos e Revisão da Literatura

PESQUISA PATRIMÔNIO CULTURAL, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE



01

AGOSTO — 2025

REALIZAÇÃO

obec Observatório da Economia Criativa

UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

IPHAN

MINISTÉRIO DA CULTURA



Publicado em 2025 por
Observatório da Economia
Criativa e Instituto do
Patrimônio Histórico e
Artístico Nacional

Atribuição-NãoComercial-Compartilha-Igual

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Relatório da 1ª etapa da pesquisa patrimônio cultural, economia e sustentabilidade : pressupostos teóricos e revisão da literatura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Observatório da Economia Criativa (Obec) ; coordenação: Daniele Pereira Canedo e Ernani Coelho Neto ; autores: Daniele Pereira Canedo ... [et al.] – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.

72 p.

Modo de acesso: economiadopatrimonio.iphan.gov.br
ISBN: 978-85-7334-471-4

1. Patrimônio cultural. 2. Economia. 3. Sustentabilidade. I. Iphan. II. Observatório da Economia Criativa (Obec). III. Pereira Canedo, Daniele. IV. Coelho Neto, Ernani. V. Título.

CDD 363.69018

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120



PESQUISA

PATRIMÔNIO CULTURAL,

ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE

01

FICHA TÉCNICA

Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes da Purificação

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN

Presidente
Leandro Antônio Grass Peixoto

Diretoria
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Cejane Pacini Leal Muniz
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Cejane Pacini Leal Muniz

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio
Clara Marques Campos

Coordenação de Fomento e Promoção do Patrimônio
Marycléa Carmona Maués Neves

Serviço de Sustentabilidade Econômica do Patrimônio
Martina Ahlert

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA - UFRB

Reitora
Georgina Gonçalves dos Santos

Vice-Reitor
Fábio Josué Souza dos Santos

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT
Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA

Reitor
Paulo Miguez

Vice-Reitor
Penildon Silva Filho

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC
Luis Augusto Vasconcelos da Silva

Fundação de Amparo à Pesquisa e à Extensão - FAPEX
Antonio Fernando de Souza Queiroz

OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CRIATIVA - OBEC

Coordenadora
Daniele Pereira Canedo

Coordenação da pesquisa
Daniele Pereira Canedo
Ernani Coelho Neto

Pesquisadores/as
Amanda Haubert Ferreira Coelho
Caroline Fantinel
Daniele Pereira Canedo
Ernani Coelho Neto
Mona Nascimento
Raíssa Santos Caldas Almeida
Thaís Fernanda Salves De Brito
Vitor Breno Rocha Oliveira

Pesquisadores/as em formação (Iniciação Científica)
Ana Carolina Marques de Queiroz
Gabriel Rodrigues Pereira
Jéssica Barbosa
Priscila Teixeira das Neves

Coordenação de comunicação
Lore Cerqueira
Rafael Moreno

Design gráfico e diagramação
Casa Grida (Iansã Negrão, Inara Negrão e Morgana Miranda)

SOBRE O IPHAN

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura. Criado em 1937, o Instituto responde pela preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro em todo o território nacional. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O Instituto possui 27 Superintendências, uma em cada Unidade Federativa; 37 Escritórios Técnicos, a maioria deles localizados em cidades históricas; e, ainda, seis Unidades Especiais: Centro Lucio Costa, Sítio Roberto Burle Marx, Paço Imperial, Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, Centro Nacional de Arqueologia e Centro de Documentação do Patrimônio. O Iphan também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros reconhecidos como Patrimônio Mundial e da Humanidade pela Unesco.

SOBRE O OBEC

O Observatório da Economia Criativa (OBEC) é um grupo de pesquisa interinstitucional que reúne docentes e discentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), além de pesquisadores independentes e de outras instituições, públicas e privadas, para a promoção de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da economia criativa. Os membros atuam em diversas áreas de conhecimento: artes, comunicação, economia, administração, estatística, gestão e produção cultural, entre outras. Sediado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA), o OBEC foi criado em 2014, através de um edital da Secretaria de Economia Criativa, do Ministério da Cultura. Ao longo de sua trajetória, o OBEC consolidou-se como um espaço de resistência e produção de conhecimento no campo das políticas culturais e da economia criativa, reafirmando o papel das universidades públicas na promoção de uma cultura inclusiva e territorialmente engajada.

Observatório da Economia Criativa – OBEC
Rua Barão de Jeremoabo, s/n,
PAF-V, Ondina – CEP 40170-115
Salvador – Bahia
obecbahia@ufba.br
obec.ufba.br
facebook.com/obecbahia
instagram.com/obecbahia

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan
SEPS 702/902, Bloco C, Centro
Empresarial Brasília 50
Torre A, Asa Sul – CEP 70390-025
Brasília – Distrito Federal
fomento@iphan.gov.br
iphan.gov.br
facebook.com/iphangov
instagram.com/iphangovbr

AGRADECIMENTOS

Nossos mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram com a pesquisa "Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade" na sua primeira etapa. Agradecemos especialmente a todas as pessoas que participaram de forma significativa, influenciando diretamente este estudo, aceitando nosso convite e dedicando tempo para participar dos Mapeamentos de Expectativas e dos Encontros com Especialistas.

Alana Pinto Margarida, Alessandro Barbosa Lopes, Alexandre Oliveira Alves, Alexnaldo dos Santos, Amanda Sucupira Pedroza, Amariles Araújo da Silva, Ana Lima Kallás, Ana Stela de Negreiros Oliveira, Antônio Massoud Salame, Beijanizy Ferreira da Cunha Abadia, Bibiana Soyaux de Almeida Rosa, Caio Csermak, Carla Ferreira Cruz, Carlos Vinicius Frota de Albuquerque, Carolina Christiane de Souza Martins, Célia Meira Cavalcanti, Cláudia Sousa Leitão, Cristhiano Kolinski da Silva, Cristina Vasconcelos Nunes, Cynara Ramos Silva, Daniela Fernandes Dornelles, Denis Cutrim de Lima, Desirée Ramos Tozi, Elaine Santana do Ó, Emanuel Messias Arcas Vieira, Evandro Elias de Barros Neto, Fernando José Lima de Mesquita, Filipi Gomes de Pompeu, Frederico Augusto Barbosa da Silva, Frederico Camargos de Araújo, Gabrielle Conde Martin Quirino, Geslline Giovana Braga, Giorge Patrick Bessoni e Silva, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz, Izaurina Maria de Azevedo Nunes, João Gabriel Vilella Guerreiro da Silva, João Paulo Pereira do Amaral, Joel Santana da Gama, José Inaldo Ferreira, Jurandy Wellington Pacífico dos Santos, Krislane de Andrade Matias, Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão, Lúcia Szmrecsányi, Luciana Fraga Lima Nunes, Luciana Gonçalves de Carvalho, Luciano dos Santos Teixeira, Luiz Eduardo Alves de Oliva, Maíra Torres Corrêa, Marcelo Gruman, Márcia Aparecida Reck da Silva, Márcia de Figueirêdo Lucena Lira, Mariana Fensterseifer Silva, Mariana Pamplona Ximenes Ponte, Marília Lopes Bezerra Cireno, Marina Leão de Aquino Barreto, Marinalva Batista Santos, Matheus Vinicius Carneiro Santos Carmo, Maura Cristina da Silva, Michel Bueno Flores da Silva, Milena de Almeida Santos, Nivaldo Vieira de Andrade Junior, Patrícia Coelho Pedrosa, Patrick Monteiro do Nascimento Silva, Paula Layane Pereira de Sousa, Paula Porta Santos Fernandes, Paula Soares Sant'Anna, Paulo Henrique de Sousa Guimarães, Paulo Moura Peters, Pedro Henrique Santos Gaspar Melo, Pedro Luís Machado Sanches, Rafael Azevedo Fontenelle Gomes, Rafael Belló Klein, Rafael Bezerra Gaspar, Rafael Pavan dos Passos, Raphael Gama Pestana, Raul Brochado Maravalhas, Rebecca de Luna Guidi, Ricardo Medeiros Coelho de Souza, Rosa Maria Trakalo Nunez, Rosângela Janja Costa Araújo, Rosângela Santos dos Reis, Sandra Rafaela Magalhães Corrêa, Sara Santos Morais, Sayonara Pereira Trindade Pinto, Sofia Salustiano Botelho, Thalianne de Andrade Leal Guerreiro, Thamires Helena Oliveira Neves, Thiago Rodrigo da Conceição Santos, Victor Vinissius Marinho da Costa, Vinicius Prado Januzzi, Walmir da Silva Pereira.



LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

GRÁFICOS

Gráfico 1 Tipos de Publicação

Gráfico 2 Distribuição das publicações por palavras-chave

Gráfico 3 Quantidade de publicações por recorte temporal

FIGURAS

Figura 1 Desenho metodológico da pesquisa e produtos previstos

Figura 2 Dimensões do Patrimônio Cultural (CF/1988, Art. 216)

Figura 3 Premissas da Economia Cultural e Criativa

Figura 4 Camadas do Desenvolvimento

Figura 5 Etapas da revisão de literatura

Figura 6 Região de Vínculo dos/as Autores/as Nacionais

Figura 7 Principais palavras-chave das publicações

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEI Association for Cultural Economics International

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF Constituição Federal

CMED Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas

EPCC Economia Política da Comunicação e da Cultura

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

Iphan Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MinC Ministério da Cultura

OBEC Observatório da Economia Criativa

ODS Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONU Organização das Nações Unidas

PIB Produto Interno Bruto

PNPI Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PPCM Política de Patrimônio Cultural Material

SESEC Serviço de Sustentabilidade Econômica do Patrimônio

SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TED Termo de Execução Descentralizada

UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFBA Universidade Federal da Bahia

UNEB Universidade do Estado da Bahia

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Sumário

Apresentação 12

Introdução 16

1. Pressupostos Teóricos 25

1.1 Patrimônio cultural 26

1.2 Economia cultural e criativa 31

1.3 Desenvolvimento e patrimônio cultural 37

1.4 Sustentabilidade econômica do patrimônio cultural 40

1.5 Do teórico ao empírico: algumas considerações 46

2. Revisão de Literatura 49

2.1 Procedimentos metodológicos 50

2.2 Distribuição e abrangência dos estudos 53

2.3 Principais destaques 56

2.3.1 Abordagens metodológicas 56

2.3.2 A dimensão econômica e a sustentabilidade do patrimônio cultural 59

Considerações Finais 65

APRESENTAÇÃO

O reconhecimento e a valorização da dimensão econômica do patrimônio cultural brasileiro constituem elemento fundamental para sua preservação, salvaguarda e promoção, desempenhando papel estratégico no fortalecimento dos territórios e no desenvolvimento sustentável.

Os detentores, moradores de centros históricos, fazedores de cultura e trabalhadores do patrimônio apontam, de forma recorrente, as dificuldades financeiras que podem comprometer a continuidade e a sustentabilidade dos bens culturais. Entre os múltiplos desafios relacionados à manutenção tanto de edificações quanto de práticas, saberes e tradições, destacam-se aqueles vinculados ao fomento, ao financiamento, às trocas, às parcerias, ao sustento dos grupos e à própria subsistência dos indivíduos. Sem isso, não é possível colocar manifestações na rua, transmitir saberes, realizar rituais, conservar casarões históricos, preservar sítios arqueológicos e salvaguardar memórias que nos conformam como sujeitos e como nação.

Com esse entendimento, no início da atual gestão do governo federal, em 2023, o Departamento de Articulação, Fomento e Educação idealizou o desenvolvimento de uma pesquisa voltada à investigação das dinâmicas econômicas associadas ao patrimônio cultural brasileiro, em um contexto de revisão do Regimento Interno do Iphan, que acabou por criar a Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio.

Pela primeira vez em seus quase 90 anos de existência, o Instituto passou a contar com uma unidade dedicada ao tema e com competências regimentais que abrangem a realização de estudos técnicos relacionados à dimensão econômica do patrimônio cultural, a promoção de capacitações para o corpo técnico do Iphan e para a sociedade civil sobre a economia do patrimônio, a execução de ações de estímulo ao desenvolvimento econômico do patrimônio cultural, bem como a formulação de estratégias de sustentabilidade, geração de receitas e comercialização de produtos e serviços associados aos bens patrimonializados.

Nessa perspectiva, a primeira aproximação deste Departamento com o Observatório da Economia Criativa (Obec) foi para a realização do curso Economia da Cultura e do Patrimônio Cultural, no final de 2023, em Brasília, para técnicos do Iphan de todas as unidades da federação. Ministrada por professores e pesquisadores do Obec, a formação teve como objetivo introduzir e qualificar os servidores no que se refere aos aspectos econômicos do patrimônio cultural, ampliando a compreensão institucional sobre a matéria.

No ano seguinte, o Ministério da Cultura anunciou a recriação da sua Secretaria de Economia Criativa e lançou as bases da política nacional Brasil Criativo, que estabelece como uma de suas diretrizes

o fortalecimento da dimensão econômica das políticas do Sistema MinC, abrangendo, entre outras áreas, o patrimônio cultural.

É nesse cenário que tem início a execução da pesquisa Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade, em maio de 2024, como um marco de inovação no campo das políticas culturais nacionais e internacionais.

O estudo organiza um conjunto inédito de informações sobre a economia do patrimônio, com vistas a responder a algumas questões fundamentais para a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, tais como: quais são as iniciativas de geração de renda no campo do patrimônio? De que forma se mantêm os bens patrimonializados? Como se sustentam os mestres, detentores e demais agentes associados? Quais são as principais despesas relacionadas à gestão, à produção e à reprodução dos bens culturais? Quais fontes de recursos e parcerias estão disponíveis em diferentes regiões do país?

Para compreender os dados provenientes da pesquisa de campo, que se propõe a entrevistar centenas de agentes que desempenham os mais diversos papéis nas redes produtivas do patrimônio cultural, é preciso, antes de tudo, reconhecer o acúmulo conceitual já produzido sobre o assunto.

Nesse sentido, o presente Relatório apresenta uma revisão de literatura que parte de pressupostos teóricos sobre o patrimônio cultural, a economia cultural e criativa, o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica.

Assim, este produto marca o primeiro passo em direção ao alcance do objetivo da pesquisa, através da produção de informações qualificadas sobre a dimensão econômica do patrimônio cultural brasileiro. Por fim, espera-se que as análises resultantes das próximas etapas do estudo contribuam para a gestão compartilhada desse patrimônio, mediante a formulação de indicadores e a implementação de políticas públicas embasadas e alinhadas às principais necessidades dos detentores, trabalhadores, agentes e comunidades que fazem, produzem e mantêm o nosso patrimônio.

Boa leitura!

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO, FOMENTO E EDUCAÇÃO
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL


NIGERIA
CULTURAL HOUSE
CASA DA NIGERIA
CASA DA PONTE

INTRODUÇÃO

A pesquisa Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade está sendo desenvolvida pelo Observatório da Economia Criativa (OBEC) por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) celebrado entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com adesão da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O objetivo da pesquisa é identificar as dinâmicas econômicas associadas ao patrimônio cultural brasileiro e como elas se relacionam com a sua sustentabilidade, preservação, salvaguarda e promoção. A investigação está sendo realizada com base, prioritariamente, na escuta a pessoas e organizações diretamente envolvidas com os bens culturais, mapeando as atividades e relações econômicas que se estruturam em torno da existência e do reconhecimento do patrimônio cultural. Busca-se compreender os efeitos dessas dinâmicas sobre a sustentabilidade dos bens culturais, propondo caminhos para fortalecer a articulação entre práticas locais, políticas públicas e ações da sociedade civil. A pesquisa também pretende preencher uma lacuna importante: a escassez de dados e informações sobre a dimensão econômica do patrimônio cultural brasileiro, gerando subsídios para a formulação de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e nacional, além de inspirar iniciativas da sociedade.

Ao se dedicar ao estudo da dimensão econômica do patrimônio cultural brasileiro, a investigação não se restringe a um exercício descritivo ou analítico, mas adota um propósito transformador: contribuir para que os atores envolvidos tenham mais autonomia, condições materiais e possibilidades de mobilizar recursos e fomentar o reconhecimento de suas práticas.

O universo da pesquisa é composto por 12 bens culturais brasileiros reconhecidos internacionalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Seis desses bens são materiais, declarados Patrimônio Mundial, e seis são imateriais, inscritos como Patrimônio Cultural da Humanidade. A pesquisa contempla bens localizados em oito estados brasileiros, além de um bem de abrangência nacional (a capoeira), envolvendo diferentes expressões do patrimônio cultural agrupadas em quatro categorias: centros históricos, bens arqueológicos e naturais, celebrações e formas de expressão. A combinação desses critérios visa garantir uma amostra representativa da multiplicidade de manifestações patrimoniais do Brasil, tanto em aspectos geográficos quanto tipológicos.

Para possibilitar uma investigação abrangente e interdisciplinar dos processos econômicos vinculados ao patrimônio cultural, o desenho metodológico da pesquisa combina procedimentos qualitativos e quantitativos, caracterizando uma abordagem de métodos mistos, orientada pelas perspectivas construtivista e transformativa (Creswell, 2021). O desenho foi estruturado em três etapas interdependentes: 1) estudo exploratório preliminar; 2) contextualização interdisciplinar; e 3) análise empírica.

A primeira etapa, denominada de estudo exploratório preliminar, permitiu uma compreensão aprofundada do campo, por meio de fundamentação teórica, análise documental, revisão sistemática de literatura e escuta qualificada de agentes culturais e gestores públicos. O objetivo foi compreender os sentidos atribuídos ao patrimônio cultural e mapear experiências relevantes para a sustentabilidade econômica de bens patrimoniais no Brasil e no exterior.

A etapa iniciou com uma investigação preliminar sobre os bens culturais contemplados na pesquisa, buscando estabelecer um panorama abrangente sobre suas características, contextos históricos e desafios contemporâneos. Em seguida, a equipe dedicou-se à análise documental dos normativos, instrumentos de identificação e reconhecimento, cartas patrimoniais e documentos orientadores elaborados pelo Iphan e por outros órgãos públicos do campo cultural, nacionais e internacionais, em especial os inventários, os dossiês e os planos de gestão e salvaguarda dos bens selecionados.

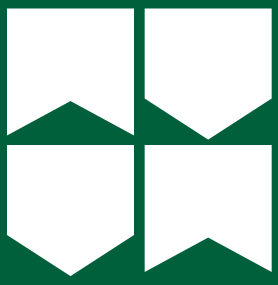
A pesquisa também levantou referências que analisam experiências concretas de sustentabilidade econômica de bens patrimoniais nacionais e internacionais. Foram analisados casos reconhecidos pelo Iphan e pela Unesco, com o objetivo principal de identificar conceitos e metodologias utilizadas. Esse levantamento incluiu exemplos que investigam a integração do patrimônio com atividades produtivas e o impacto das políticas culturais no fortalecimento das cadeias econômicas locais.

Com base nesse estudo preliminar, a equipe definiu os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa, que se baseiam em quatro conceitos: patrimônio cultural; economia cultural e criativa; desenvolvimento e patrimônio cultural; e sustentabilidade econômica do patrimônio cultural. A etapa de imersão conceitual permitiu o alinhamento entre as pessoas envolvidas na pesquisa. Os conceitos também serviram de referência para a revisão sistemática de literatura, executada entre setembro de 2024 e fevereiro de 2025.

Para compreender as percepções, demandas e desafios enfrentados pelos agentes envolvidos na preservação e gestão do patrimônio cultural, a pesquisa se dedicou, ainda na primeira etapa, ao

BENS MATERIAIS RECONHECIDOS COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL

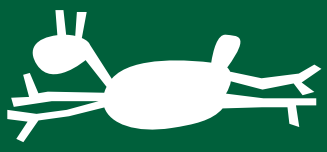
1. Centro Histórico de Olinda (PE)
2. Centro Histórico de São Luís (MA)
3. Centro Histórico de Salvador (BA)
4. Ruínas de São Miguel das Missões (RS)
5. Parque Nacional Serra da Capivara (PI)
6. Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE)

1. 

2. 

3. 

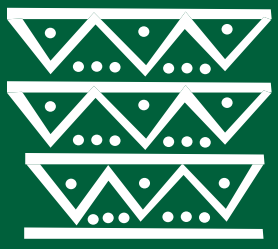
4. 

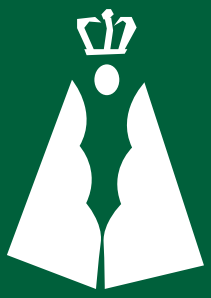
5. 

6. 

BENS IMATERIAIS RECONHECIDOS COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

7. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (AP)
8. Círio de Nossa Senhora de Nazaré (PA)
9. Complexo Cultural do Bumba meu Boi do Maranhão (MA)
10. Frevo (PE)
11. Roda de Capoeira (Nacional)
12. Samba de Roda do Recôncavo Baiano (BA)

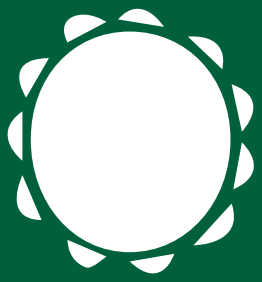
7. 

8. 

9. 

10. 

11. 

12. 

mapeamento de expectativas. Esse processo foi estruturado com base em uma ampla escuta ao campo, que envolveu agentes culturais, servidores do Iphan, gestores públicos das três esferas federativas, pesquisadores e especialistas no patrimônio cultural. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes dos 12 bens investigados, três reuniões de escuta qualificada com equipes técnicas do Iphan e três encontros com especialistas[1], que contaram com a participação de cerca de 60 pessoas.

A tradição da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) foi adotada nesta pesquisa como abordagem crítica capaz de revelar como os bens patrimonializados são atravessados por disputas simbólicas, políticas e econômicas. Inspirada nos trabalhos de Garnham (1979), Mosco (1996) e Bolaño (2000), essa perspectiva permite compreender os bens culturais como produtos de relações sociais historicamente situadas, cuja valoração depende de estruturas de poder, formas de regulação e lógicas de mercado. A esse referencial, soma-se o método dialético, utilizado como instrumento de investigação das contradições entre preservação e mercantilização, permanência e transformação, tradição e inovação.

O uso do método dialético na análise da dimensão econômica do patrimônio cultural material e imaterial contempla reflexões sobre: a) a problematização das tensões entre preservação e uso econômico; b) a contextualização histórica das políticas patrimoniais; c) a análise das relações de poder que moldam o campo; e d) a proposição de estratégias para superação das contradições observadas, com base na justiça social e no fortalecimento das comunidades envolvidas. A aplicação prática dessa abordagem se concretiza na construção de uma Matriz Sintética de Variáveis, ferramenta metodológica que organizou as dimensões investigadas na pesquisa e orientou o desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados.

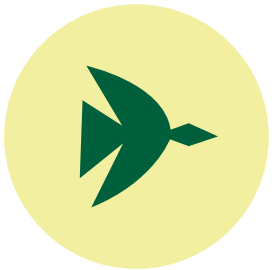
O processo de construção processual de conhecimento da primeira etapa fundamentou a definição dos procedimentos das duas etapas seguintes. A partir do estudo exploratório, da revisão de literatura e da escuta ao campo, foi possível consolidar as variáveis da pesquisa. A etapa permitiu a elaboração de uma abordagem metodológica capaz de articular a dimensão econômica do patrimônio cultural material e imaterial com as diretrizes conceituais e operacionais da pesquisa. As etapas seguintes, de contextualização interdisciplinar e análise empírica, articulam dados primários e secundários, visando compreender as dimensões da sustentabilidade econômica dos bens patrimoniais investigados.A contextualização interdisciplinar, segunda etapa da pesquisa, parte do entendimento de que a dimensão econômica não pode ser analisada de forma dissociada dos contextos sociais, históricos e cultu-

1. Nas pesquisas do Obec, Encontros com Especialistas são reuniões técnicas promovidas pela equipe, com profissionais de referência no campo temático do estudo, destinadas a discutir, qualificar e validar instrumentos metodológicos, indicadores ou recortes conceituais antes da coleta de dados principal.

rais nos quais está inserida. Para isso, lança mão da Economia Política da Comunicação e da Cultura como abordagem, voltando-se, a partir de dados secundários e levantamento bibliográfico, à caracterização dos bens culturais, às formas de gestão de sua preservação e uso, bem como aos conflitos gerados por interesses diversos.

Já a terceira etapa compreende uma análise empírica focada nas atividades de criação, produção e difusão associadas aos bens culturais, examinando como diferentes agentes organizam o trabalho, mobilizam recursos, estruturam práticas e produzem bens e serviços com efeitos na preservação, salvaguarda e promoção dos bens culturais patrimonializados. Como técnicas de coleta, essa etapa combina dados primários, através da aplicação de questionários, rodas de conversa e observação de campo; e dados secundários, provenientes das estatísticas oficiais.

Este relatório da etapa 1 da pesquisa é o primeiro produto e apresenta os pressupostos teóricos e os resultados da revisão sistemática de literatura executada na primeira etapa da investigação. O projeto ainda prevê o lançamento de outros dois relatórios das etapas 2 e 3, com as análises empíricas, dedicados à ampliação da compreensão sobre as dinâmicas econômicas relacionadas aos bens culturais.



Além de três relatórios e um guia, a pesquisa vai realizar atividades formativas com agentes culturais.

Também estão previstas a publicação de um guia sobre a sustentabilidade econômica do patrimônio material e imaterial e a realização de atividades formativas com agentes culturais relacionados aos bens pesquisados e servidores técnicos do Iphan. Esta etapa vai ser fundamental para que os resultados e as propostas da pesquisa sejam validadas e debatidas com agentes culturais e detentores de cada bem cultural, em oficinas específicas, antes da divulgação do relatório final.

Espera-se que a pesquisa possa oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, inspirar iniciativas da sociedade civil e contribuir para o debate, tanto no Brasil quanto em contextos internacionais, sobre políticas de fomento e sustentabilidade econômica do patrimônio cultural.

FIGURA 1

Desenho metodológico da pesquisa e produtos previstos

1 Estudo Exploratório Preliminar

OBJETIVO
Compreender o campo, estabelecer os fundamentos teóricos e viabilizar a elaboração da matriz sintética de variáveis da pesquisa.

TÉCNICAS
- Fundamentação teórica
- Revisão sistemática de literatura
- Análise documental
- Levantamento de experiências
- Escuta ao campo

RESULTADOS
Definição dos pressupostos teóricos, da literatura e das variáveis de análise

2 Contextualização Interdisciplinar

OBJETIVO
Compreender os limites, os desafios e as oportunidades das práticas econômicas a partir dos contextos sociais, históricos e culturais.

TÉCNICAS
- Pesquisa documental
- Pesquisa bibliográfica
- Análise de dados secundários

RESULTADOS
Caracterização dos bens e dos modelos de gestão do patrimônio e identificação dos conflitos.

3 Análise Empírica

OBJETIVO
Mapear as práticas econômicas envolvidas na criação, produção e difusão de bens e serviços associadas aos bens culturais.

TÉCNICAS
- Aplicação de questionários
- Rodas de conversa
- Observação de campo
- Levantamento e análise de dados primários e secundários

RESULTADOS
Identificação de como os recursos são organizados e utilizados para produzir bens e serviços culturais.

Resultados

1

Estudo Exploratório Preliminar

2

Contextualização Interdisciplinar

3

Análise Empírica

RELATÓRIO 1
Pressupostos teóricos e revisão sistemática de literatura

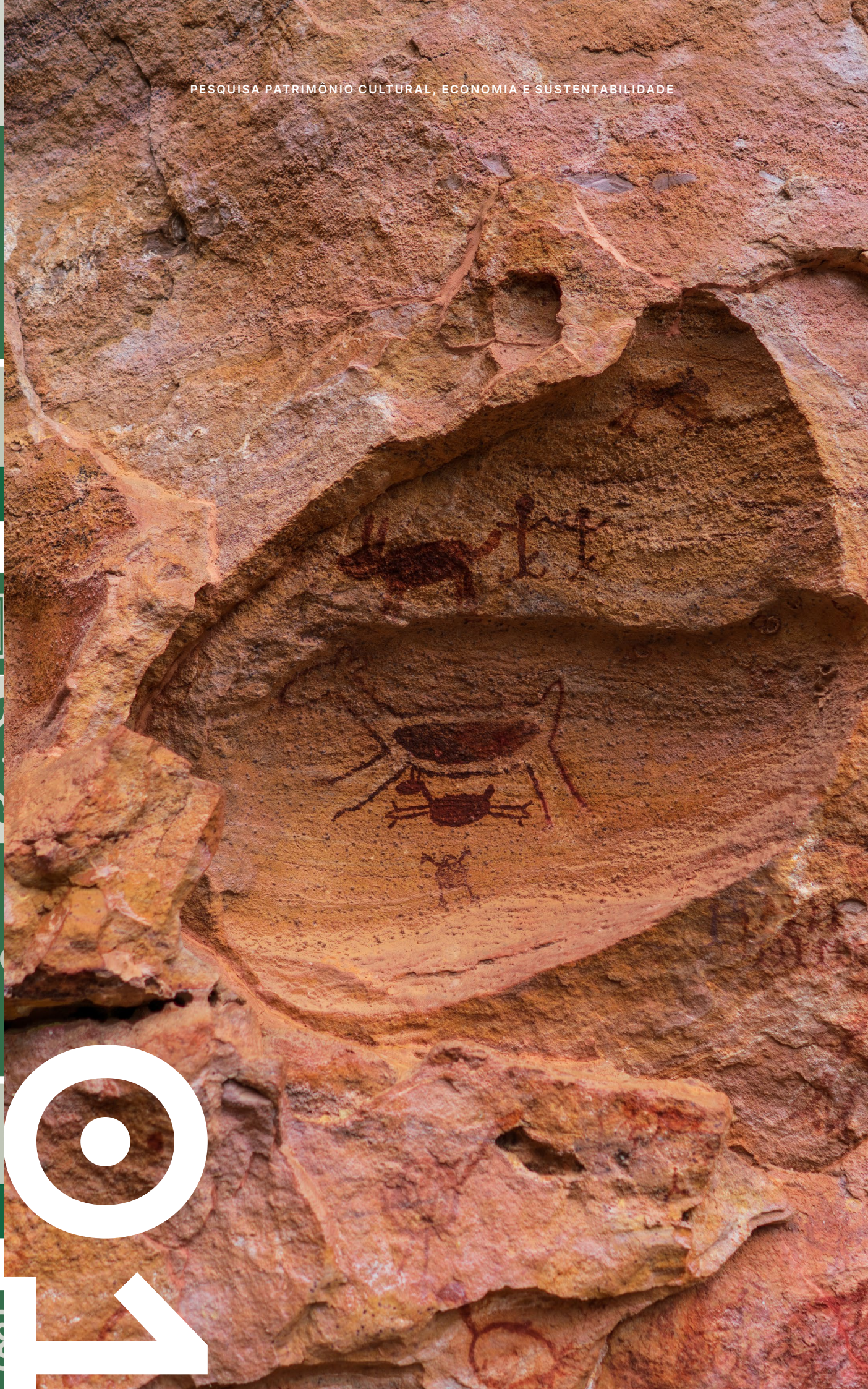
RELATÓRIO 2
Resultados da análise de sete bens culturais

RELATÓRIO 3
Resultados da análise de cinco bens culturais

CARTILHA
Sobre a sustentabilidade econômica do patrimônio material e imaterial

ATIVIDADES FORMATIVAS
Com agentes culturais e servidores técnicos do patrimônio.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA



10

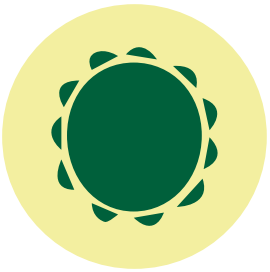
1. Pressupostos Teóricos

Nesta seção são apresentados, de modo sintético, os quatro principais conceitos que fundamentam a pesquisa. O objetivo não é esgotar os debates em torno desses temas, mas apresentar a base analítica que orienta as escolhas metodológicas e contribuir para a compreensão dos resultados. Na breve apresentação do campo do **patrimônio cultural**, destaca-se a sua trajetória histórica e sua definição no contexto brasileiro. Na seção sobre **economia cultural e criativa**, são destacados os pressupostos do conceito adotado pela pesquisa. O conceito de **desenvolvimento** é discutido a partir da ampliação da noção de crescimento econômico, com a integração das dimensões sociais, culturais e ambientais. Por fim, a **sustentabilidade econômica do patrimônio cultural** é debatida a partir das interações entre dinâmicas econômicas, práticas sociais e gestão coletiva dos bens culturais.

1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL

O conceito de patrimônio cultural é fruto de uma construção histórica marcada por disputas simbólicas, políticas e epistemológicas. Consolidou-se majoritariamente sob a perspectiva eurocêntrica e liberal, atribuindo-se centralidade à monumentalidade, à antiguidade e à estética (Choay, 2006), o que relegou a segundo plano expressões culturais vinculadas às práticas cotidianas, aos territórios periféricos e às comunidades tradicionais. Herdada das perspectivas iluministas e modernistas, essa visão moldou políticas patrimoniais voltadas à conservação de objetos e às edificações, muitas vezes, desconsiderando os sujeitos que produzem, transmitem e vivem a cultura. O conceito percorreu uma longa trajetória até alcançar a concepção diversa e plural que inclui novos atores sociais engajados à vida comunitária e que, atualmente, busca orientar, em geral, as políticas públicas e os debates internacionais.

Em relação às políticas internacionais voltadas ao patrimônio cultural, destaca-se a Convenção da Unesco de 1972, que estabeleceu a noção de Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Essa convenção foi concebida para proteger bens considerados excepcionais diante das ameaças impostas pela urbanização acelerada, pela industrialização e pela escassez de recursos. Suas recomendações foram marcadas por uma "retórica da perda" (Gonçalves, 1996), sustentada pela ideia de que o patrimônio cultural, sobretudo os imóveis, sítios, centros históricos e monumentos vinculados às elites, estaria em risco iminente de desaparecimento. Esse tipo de bem, comumente identificado como "patrimônio de pedra e cal", passou a ser objeto de um discurso de urgência, que defendia sua preservação como responsabilidade coletiva da humanidade.



O patrimônio cultural é um campo de disputa simbólica, política e econômica, no qual se articulam práticas sociais, memórias coletivas, identidades territoriais e relações de poder.

Foi somente em 2003 que a Unesco aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovendo uma inflexão conceitual ao reconhecer o papel central das comunidades na produção, transmissão e recriação dos bens culturais. A ênfase recaiu sobre

práticas sociais, saberes tradicionais, rituais e expressões coletivas, deslocando o foco da preservação de "patrimônio de pedra e cal" para a continuidade de processos culturais vivos e dinâmicos. Diante dos efeitos da globalização e das transformações sociais contemporâneas, essa ampliação conceitual propôs um diálogo renovado entre políticas públicas e comunidades, frequentemente marcadas pela escassez de recursos, o que impacta diretamente a salvaguarda dos bens aos quais estão vinculadas.

No Brasil, a articulação entre as dimensões material e imaterial do patrimônio, também referidas como tangível e intangível, vem sendo discutida desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, durante o Estado Novo. Sob a liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade e inspirado pelas ideias de Mário de Andrade, o Sphan foi concebido com a proposta de valorizar não apenas os monumentos construídos em "pedra e cal", mas também as expressões culturais populares, os saberes tradicionais e os modos de vida que compõem a diversidade cultural brasileira. Essa perspectiva já indicava uma noção ampliada de patrimônio, embora, na prática, as ações iniciais tenham priorizado a preservação da arquitetura colonial e de elementos associados à história oficial do país (Andrade; Andrade, 2023).

É importante destacar que foi a Constituição Federal de 1988 que transformou profundamente a institucionalização do patrimônio cultural no Brasil, consolidando sua proteção como um direito fundamental da sociedade. O artigo 216 ampliou o conceito de patrimônio ao reconhecer não apenas os bens materiais — como monumentos, sítios arqueológicos e conjuntos urbanos — mas também os imateriais, tais como tradições, modos de vida e saberes:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, Art. 216)



DECRETO-LEI Nº 25/1937

Principal marco legal da política de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro

O DECRETO-LEI Nº 25
30 de novembro de 1937
Instituiu o tombamento como instrumento legal de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, definido como "o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público". Atribuindo ao Sphan, atual Iphan, a responsabilidade de fiscalizar e autorizar previamente qualquer intervenção nos bens tombados, o normativo criou quatro Livros do Tombo:

1. Arqueológico, etnográfico e paisagístico;
2. Histórico;
3. Belas Artes;
4. Artes Aplicadas

O Decreto-Lei foi o primeiro instrumento de proteção do patrimônio cultural das Américas e é referência, até hoje, para as políticas públicas de preservação do patrimônio material brasileiro.

A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, determinou que a proteção do patrimônio cultural deve ser realizada com a colaboração da comunidade, promovendo políticas públicas que envolvam inventários, registros, vigilância, tombamento e, quando necessário, desapropriação. Esse novo marco rompeu com o modelo anterior e incluiu novos agentes na discussão sobre o patrimônio, como as populações quilombolas, atribuindo às políticas patrimoniais uma dimensão mais abrangente, de interesse coletivo, baseada no reconhecimento da diversidade cultural e na afirmação da identidade nacional.

Embora o texto constitucional já previsse o instrumento do registro, sua regulamentação só ocorreu em 2000, com a publicação do Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Foi a partir desse marco que se tornou possível efetivar a patrimonialização do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, o primeiro registro de bem imaterial realizado no Brasil, em dezembro de 2002, abrindo uma série de novos reconhecimentos sobre o patrimônio.

Vale mencionar também que, conforme o Art. 216 § 5º, decidiu-se que "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos". No entanto, foi somente a Portaria nº 137, de 20 de novembro de 2023, que, finalmente, estabeleceu as diretrizes para os procedimentos de declaração desses mesmos tombamentos.

A promulgação do Decreto nº 3.551/2000 ganha especial relevância no contexto brasileiro por desencadear um processo de reformulação institucional que culmina na criação da Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), coordenada pelo Iphan. Com isso, o patrimônio tradicionalmente identificado como sendo de "pedra e cal" passou a ser também compreendido a partir de seus usos sociais, sentidos atribuídos pelas comunidades e vínculos com práticas culturais vivas. Como observa a historiadora Kátia Bórgea (Iphan, 2022a), embora tardiamente construída (cerca de oitenta anos após a concepção original do conceito de patrimônio no país), essa política incorpora diretrizes contemporâneas voltadas ao reconhecimento da diversidade, ao fortalecimento da participação social e à ampliação da legitimidade das ações de preservação.

Todavia, ainda hoje, é importante destacar os riscos das políticas patrimoniais que cristalizam estéticas ou narrativas dominantes, marginalizando outras formas de expressão e relação com os bens culturais, como alertam Márcia Sant'Anna (2003), Françoise Choay (2006), Laurajane Smith (2006), Iraida Vargas (2006), Cristóbal Gnecco (2015), Regina Abreu (2008, 2014, 2018, 2019) e Márcia Chuva (2012).

FIGURA 2

Dimensões do Patrimônio Cultural (CF/1988, Art. 216)



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM BRASIL, 1988.

Portanto, a pesquisa compreende o patrimônio cultural como um campo em disputa, onde se articulam práticas sociais, saberes, memórias e identidades. Reconhece a dimensão econômica dos bens materiais e imateriais, e valoriza os sujeitos, comunidades e coletivos que os produzem, reproduzem e atuam cotidianamente para a sua preservação e salvaguarda, a partir de modelos próprios de gestão social. Essa concepção orienta as escolhas metodológicas adotadas, especialmente no que se refere à análise das dinâmicas econômicas associadas à sua sustentabilidade.

1.2 ECONOMIA CULTURAL E CRIATIVA

A economia cultural e criativa é um dos conceitos-chave da pesquisa e será desenvolvido com base nos trabalhos de autores/as como Françoise Benhamou (2016), David Throsby (2001) e Cláudia Leitão (2023), entre outros. A pesquisa parte do pressuposto de que a economia e a cultura caminham "imbricadas uma na outra", como ressalta Néstor Garcia Canclini (1983). O autor destaca que qualquer prática é simultaneamente econômica e simbólica e afirma a necessidade de reconhecimento da cultura como um "processo social de produção" (Canclini, 1983, p. 42).

Nesse sentido, a economia cultural e criativa engloba um conjunto de setores econômicos que têm como principais recursos produtivos a dimensão simbólica, a criatividade, o talento individual e coletivo, o conhecimento técnico (o saber fazer), e as potencialidades do contexto social, cultural, histórico e geográfico no qual se desenvolvem. Esse conceito engloba atividades das artes, das expressões culturais, do patrimônio cultural, das mídias digitais e da tecnologia. Por meio da oferta de produtos e serviços, essas atividades reforçam o sentido de identidade e pertencimento, e, ao mesmo tempo, geram trabalho, movimentam a economia e fortalecem redes locais.

Na pesquisa, o conceito de economia cultural e criativa é adotado a partir de algumas premissas discutidas por Daniele Canedo (2024). A primeira é o reconhecimento histórico da relação entre Estado, cultura e economia. Destaca-se que a história ocidental mostra que os mercados culturais foram fortemente moldados por estratégias dos grupos dominantes, que privilegiaram as expressões artísticas e culturais de determinados grupos, sobretudo homens brancos, em detrimento de formas de expressão de outras origens que emergem apenas como exemplares do exótico. Esse processo excludente contribuiu para a reprodução de desigualdades culturais e econômicas, especialmente no acesso ao fomento por meio de políticas públicas.

A economia cultural e criativa não é apenas um setor produtivo — é um campo de afirmação identitária, resistência simbólica e promoção de justiça social.

A segunda premissa é a resiliência de indivíduos e grupos que, como resposta, ao longo da história, lutaram pela preservação de saberes e práticas locais, expandindo as noções tradicionais de criação artística e cultural, mesmo com pouco ou nenhum suporte público. Essa resistência evidencia a necessidade de políticas que valorizem a diversidade cultural e a legitimidade de diferentes formas de expressão.

A terceira premissa diz respeito à desigualdade de oportunidades no campo artístico e cultural. Muitos grupos enfrentam barreiras econômicas e estruturais para acessar meios de produção, difusão e preservação cultural. Essa desigualdade se reflete, por exemplo, no acesso à infraestrutura, à formação técnica, à preservação dos saberes ligados aos ofícios tradicionais e à presença de grupos de detentores em espaços de decisão.

Por fim, a quarta premissa destaca que a garantia dos direitos culturais, conforme previsto na Constituição Brasileira de 1988, depende de políticas que assegurem o acesso à produção cultural. Isso envolve não apenas o apoio à comercialização de bens e serviços, mas também a preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, material e imaterial, especialmente de comunidades indígenas, afrodescendentes e outros grupos formadores da identidade nacional, mas que foram minorizados historicamente. Essas ações são essenciais para combater a exclusão e promover a diversidade cultural (Canedo, 2024).

A pesquisa reconhece também os debates conceituais em torno das distinções entre “economia da cultura” e “economia criativa”. Em geral, considera-se que, embora muitas vezes utilizados como sinônimos, os dois conceitos têm escopos e ênfases diferentes: a economia da cultura é tradicionalmente centrada nos setores artísticos, nas expressões culturais e no patrimônio cultural, enquanto a economia criativa amplia o escopo e inclui também segmentos como design, arquitetura, software, moda, entre outros setores.

FIGURA 3

Premissas da Economia Cultural e Criativa



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM CANEDO (2024)

Na perspectiva acadêmica, a economia da cultura constitui uma tradição consolidada de estudos que busca compreender as especificidades econômicas das atividades culturais e artísticas, muitas vezes considerando os limites dos modelos da economia neoclássica para explicar esse campo. Uma de suas principais referências institucionais é a *Association for Cultural Economics International* (ACEI), fundada em 1980, que congrega pesquisadores/as com interesse na análise econômica da cultura a partir de métodos empíricos, modelagens teóricas e discussões de política pública[2].

Por outro lado, o termo "economia criativa", embora amplamente adotado por organismos multilaterais e governos, recebe críticas em parte da literatura acadêmica. Diversos trabalhos argumentam que a noção de criatividade, nesses contextos, muitas vezes serve para mascarar processos de precarização do trabalho cultural e reproduzir lógicas neoliberais de mercado. Tais críticas ressaltam a importância de não naturalizar o uso do adjetivo "criativo" e de atentar para os impactos sociais, econômicos e culturais das políticas que se baseiam nessa terminologia.

Ao adotar o termo "economia cultural e criativa", em conformidade com o preconizado pela Unesco (2013), a pesquisa busca enfatizar a interdependência contemporânea entre diversidade cultural, sustentabilidade econômica, tecnologia e território, sem desconsiderar as tensões conceituais e políticas que marcam esse campo.

A economia cultural e criativa possui um papel estratégico no desenvolvimento social e econômico, reconhecido em documentos e programas de políticas públicas nacionais e supranacionais. A contribuição para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foi reconhecida pela ONU em 2021, ao declarar o Ano Internacional da Economia Criativa, destacando seu papel em metas como erradicação da pobreza, redução das desigualdades e promoção da inclusão.

No Brasil, políticas como as implementadas na gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura popularizaram a visão tridimensional da cultura — simbólica, cidadã e econômica. Essa perspectiva evidencia como essas dimensões são interdependentes e interconectadas

2. A ACEI promove conferências bienais e publica a revista Journal of Cultural Economics, um dos principais periódicos internacionais dedicados ao tema.

como os três lados de um triângulo equilátero (Canedo, 2024). Assim, destaca-se que mesmo eventos com potencial turístico e comercial, como o Carnaval de Recife, mobilizam valores enraizados na história e identidade das comunidades locais, atribuindo significado cultural e valor econômico a esses bens patrimoniais.

Outro ponto fundamental é o papel das políticas culturais na promoção da sustentabilidade econômica dos setores artísticos e culturais. A dimensão econômica do patrimônio cultural não é limitada a modelos capitalistas de produção. Muitas expressões culturais, como as festas religiosas, o artesanato tradicional e as expressões orais vinculadas a bens imateriais, possuem uma dimensão econômica intrínseca, mesmo que não sejam diretamente comercializadas. Ademais, além dos setores formais, a economia cultural e criativa pode abranger formas organizativas alternativas, baseadas na economia solidária e na economia do cuidado, que frequentemente operam de maneira intermitente, informal e colaborativa, desafiando os marcos tradicionais de avaliação econômica. Políticas públicas inclusivas precisam se relacionar com as demandas específicas de diferentes setores e agentes, desde grandes indústrias culturais até iniciativas comunitárias.

Leitão (2023) amplia essa discussão ao defender uma economia criativa orientada para a emancipação das "comunidades-rede" e a superação de desigualdades estruturais. Em lugar de enfoques exclusivamente mercadológicos, a autora propõe uma economia criativa pautada por princípios como democracia, cidadania, inclusão produtiva, bem-viver, sustentabilidade e diversidade cultural e territorial.

Em síntese, a abordagem da economia cultural e criativa adotada na pesquisa compreende esse campo como um eixo articulador entre diversidade cultural, sustentabilidade econômica e garantia de direitos. Seus fundamentos repousam em práticas que combinam criação, trabalho coletivo, tecnologias e redes territoriais de resistência e inovação. Valoriza-se, assim, a pluralidade de modelos econômicos, (sejam eles formais e informais, individuais ou coletivos) e a necessidade de políticas públicas comprometidas com a democracia cultural e a justiça social. Essa perspectiva contribui para fortalecer identidades, valorizar tradições e impulsionar um desenvolvimento mais equitativo e inclusivo, em sintonia com a complexidade do patrimônio cultural brasileiro.



1.3 DESENVOLVIMENTO E PATRIMÔNIO CULTURAL

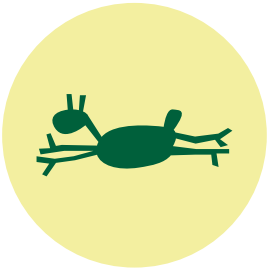
O conceito de desenvolvimento é, como menciona Barreto Filho, a "palavra-chave na qual desaguam todas as tendências político-programáticas e ideológicas" da contemporaneidade (2006, p. 12). O termo ocupa papel central nos projetos políticos de diversas nações, sobretudo naquelas que enfrentam desigualdades estruturais. Como apontam Silva e Araújo (2010), a forma de promover o desenvolvimento transformou-se ao longo da história, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. No período, o desenvolvimento passou a estar associado aos processos de descolonização. Neste contexto, países recém-independentes enfrentaram o desafio de consolidar identidades culturais, além de buscar autonomia política, econômica e cultural. Acompanhando essas transformações, a noção de desenvolvimento, assim como ocorreu com a noção de patrimônio, foi sendo moldada conforme os contextos históricos e sociais, refletindo as demandas e os desafios específicos de cada época.

Nas últimas décadas, muitos estudos sobre desenvolvimento têm centralizado suas análises em indicadores unidimensionais, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita*, sugerindo que o desenvolvimento seria resultado do aumento da renda média *per capita*, o que, consequentemente, contribuiria para a redução ou a estabilização da pobreza (Silva; Araújo, 2010). Ainda que esses indicadores revelem aspectos relevantes da economia, não capturam as desigualdades sociais e culturais que atravessam os territórios. Essa abordagem tradicional vem sendo amplamente revisada e indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passaram a integrar análises, principalmente em contextos como o brasileiro, onde os desafios sociais e econômicos são persistentes.

A crítica a essa visão reducionista tem sido formulada por autores como Amartya Sen (1999), que propôs uma abordagem centrada na expansão da liberdade e das capacidades humanas como elementos constitutivos do desenvolvimento. Para o autor, a ausência de liberdades (como a pobreza extrema, a fome ou a exclusão social) é, além de uma violação aos direitos humanos, um obstáculo ao desenvolvimento. É deste panorama que rejeita a visão reducionista de crescimento e desenvolvimento que emerge a relação entre cultura e desenvolvimento adotada nesta pesquisa para analisar a dimensão econômica do patrimônio cultural brasileiro.

A pesquisa também incorpora a perspectiva crítica de Barreto Filho (2006), que questiona quem são os grupos sociais incluídos nos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade. "Quais atores coletivos dão suporte sociocultural e histórico ao ideal de desenvolvimento, e se encontram sob o seu abrigo ideológico?" questiona o autor (Barreto Filho, 2006, p. 12). Segundo ele, o desenvolvimento e a sustentabilidae não deveriam ser modelos impostos, mas estar inseridos em um processo construído também pelas comunidades tradicionais a partir de seus saberes e modos de organização. Tal perspectiva reforça a necessidade de pensar o desenvolvimento como uma experiência situada, culturalmente enraizada e voltada à autonomia territorial. Como afirma o autor,

> Quem sabe assim, superando a discussão em torno da funcionalidade da retórica do desenvolvimento e da sustentabilidade, não abriríamos um caminho, este sim emancipador, na direção de outras ideias sobre o que seja a humanidade, sua felicidade e seu bem-estar (Barreto Filho, 2006, p. 18).



A LIBERDADE É CENTRAL PARA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO POR DUAS RAZÕES:

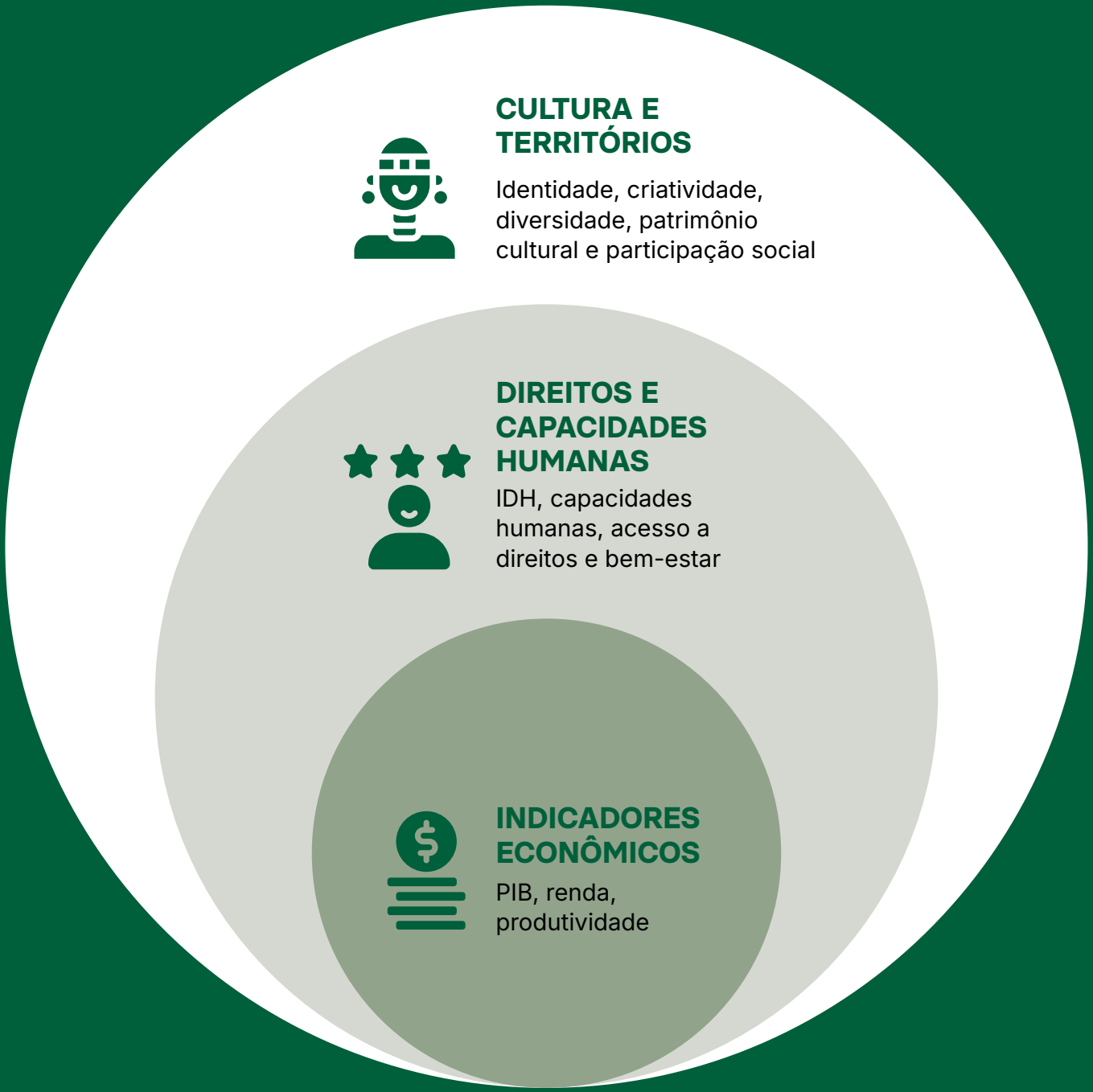
1. A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
2. A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. (Amartya Sen, 1999)

Celso Furtado (1978; 1984) é uma das referências adotadas por ter se dedicado a pensar o desenvolvimento da América Latina sem limitar sua visão e seu engajamento político à esfera econômica. Para ele, era preciso pensar um projeto de país que considerasse as potencialidades criativas da população, em primeiro plano, com a necessidade de um programa de desenvolvimento vinculado à criatividade e ao patrimônio cultural, principalmente ao considerar o contexto brasileiro (Villares, 2020).

Na perspectiva do autor, o desenvolvimento não deve ser reduzido a um processo de acumulação de riquezas ou ao aumento da produtividade econômica. Para ele, trata-se de um processo mais amplo, voltado à criação de condições que promovam o bem-estar social e assegurem o acesso a formas de organização capazes de estimular a criatividade, a

FIGURA 4

Camadas do Desenvolvimento



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE EM FURTADO (1978, 1984); SEN (1999).

inovação e a realização das potencialidades humanas, em consonância com os valores culturais de cada sociedade. Hoje, no entanto, compreendemos que a cultura, e por consequência o patrimônio, constitui um campo autônomo de produção de sentido, identidade e valor. Além disso, o patrimônio é também um espaço de disputas, conflitos e assimetrias de poder. Em outras palavras, o reencontro com o "gênio criativo" da cultura, uma expressão cara a Furtado, pressupõe o bem-estar coletivo e o progresso material, e não pode ser dissociado das dimensões simbólicas, políticas e sociais que moldam a vida em sociedade.

Ao discutir aspectos do patrimônio cultural, Furtado observa que a dimensão cultural do desenvolvimento deve estar fundamentada na compreensão dos objetivos e propósitos de indivíduos e comunidades. Portanto, o desenvolvimento cultural deve estar enraizado nas necessidades, nos valores e nas aspirações de cada grupo social. Nesse contexto, o patrimônio cultural desempenha um papel fundamental, pois, quando reconhecido como parte da identidade de um grupo, ele passa a expressar características históricas e sociais da comunidade, tornando-se uma fonte para orientar processos de transformação e valorização comunitária (Villares, 2020).

Por essa razão, é preciso garantir que o desenvolvimento esteja atrelado, também, ao patrimônio cultural, pois a sua preservação, segundo Furtado (1984), contribui para difundir o progresso material pelo território nacional. Ademais, melhorar o acesso da população aos bens culturais, incluindo o patrimônio, contribui para elevar a qualidade de vida da comunidade. Trata-se de observar, na prática, o desenvolvimento atrelado à criatividade (Furtado, 1978), observando que os países que priorizaram essa forma de desenvolvimento concentraram-se nas lutas contra a poluição, contra o desperdício de recursos não-renováveis e também na defesa do patrimônio cultural. Portanto, garantir a proteção dos bens culturais, como uma esfera de ação coletiva, é garantir, ao mesmo tempo, a preservação da identidade.

Nesse sentido, o patrimônio cultural adquire papel estratégico. Quando institucionalizado pelo Estado, torna-se também uma política de afirmação identitária e de democratização do acesso aos bens culturais. A valorização do patrimônio cultural, portanto, deve estar associada à difusão territorial do desenvolvimento e à ampliação das condições de fruição, produção e reconhecimento dos diferentes grupos sociais.

A pesquisa adota essa perspectiva humanista e plural do desenvolvimento, articulando-se a debates contemporâneos sobre comunidades tradicionais, gestão social e experiências locais de sustentabilidade econômica. A compreensão de desenvolvimento aqui proposta considera que as práticas culturais são também práticas de organização da vida, de resistência e de criação de mundos. Isso se reflete, por exemplo, nas formas como coletivos de detentores se organizam, circulam saberes, compartilham recursos e geram valor simbólico e material em seus territórios. Portanto, a articulação entre desenvolvimento e patrimônio cultural, orienta a presente pesquisa na busca por modelos sustentáveis que integrem justiça social, participação comunitária e valorização da diversidade cultural.

1.4 SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O termo sustentabilidade, amplamente utilizado por instituições públicas, organismos internacionais, empresas e sociedade civil, carrega múltiplos significados e é alvo de diversas disputas conceituais. Essa polissemia exige que a pesquisa explicite sua concepção e evite abordagens vagas ou genéricas (Gudynas, 2002; Harvey, 2010). Esta investigação sobre o patrimônio cultural parte do reconhecimento de que a sustentabilidade, conforme preconizado por Ignacy Sachs (2008), precisa ser vista como um sistema interdependente no qual se articulam as dimensões social, econômica, ecológica, territorial e cultural.

A pesquisa adota o princípio do desenvolvimento sustentável, conforme consolidado internacionalmente pelo Relatório Brundtland, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (WCED), em 1987. Segundo o documento, o desenvolvimento sustentável é aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades.” (WCED, 1987, p. 37) Esse princípio orienta políticas de gestão do patrimônio ao reconhecer a necessidade de equilibrar a preservação dos bens culturais com as dinâmicas sociais e econômicas contemporâneas. Ele reforça a ideia de uma responsabilidade intergeracional, na qual o patrimônio cultural deve ser considerado como herança coletiva para as gerações futuras.

Em consonância, a perspectiva adotada pelo Iphan ressalta a promoção de condições que garantam a preservação e a fruição pública dos bens culturais, de forma integrada ao território, às comunidades e às políticas públicas. Na Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016, declarou que o conceito de sustentabilidade do patrimônio cultural imaterial:

> Contempla ações que têm como objetivo apoiar a sustentabilidade de bens culturais de natureza imaterial, considerando focos de atuação diversos, que incluem desde a transmissão de conhecimentos e saberes, até o fortalecimento das condições sociais e materiais de continuidade desses bens, incluindo ainda o apoio a atividades de organização comunitária e a constituição de instâncias de gestão compartilhada da salvaguarda, envolvendo instâncias públicas e privadas. (Brasil, Iphan, Portaria nº 200/2016, Art. 2º, §1º)

Na mesma direção, a Política do Patrimônio Cultural Material, instituída pela Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, atestou, no Art. 55, que

> As ações e atividades de Conservação, buscando contribuir para a sustentabilidade dos bens protegidos, devem:
> I. Garantir a participação social;
> II. Considerar sua contribuição para possibilidades de geração de renda para as comunidades locais, a preservação das diversas formas de manifestações culturais e práticas sociais relacionadas aos bens protegidos;
> III. Fomentar os usos tradicionais, o uso habitacional e demais usos que apoiem e incentivem a permanência, nas imediações do bem, da população em suas rotinas diárias; e
> IV. Agregar soluções que visem à eficiência energética, à diminuição da geração de resíduos e ao uso de materiais e técnicas que minimizem o impacto ao meio ambiente (Iphan, 2018, p. 30).

Como pode ser observado nos três documentos referenciados, a dimensão econômica é um dos eixos centrais da discussão sobre sustentabilidade. Ela pode se referir à capacidade de agentes econômicos manterem sua viabilidade financeira com responsabilidade social e ambiental, ao equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, ou ainda à orientação da economia pelo bem-estar coletivo. No campo patrimonial, a sustentabilidade econômica deve ser pensada

para além da eficiência na gestão de recursos: envolve a viabilidade das práticas culturais no tempo presente e futuro e a continuidade dos modos de vida que lhes dão sentido.

Atualmente, ainda que de modo tímido, a preocupação com a implementação de políticas de promoção da sustentabilidade dos bens culturais está refletida na presença da meta 11.4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU. No Objetivo 11, dedicado à promoção de Cidades e Comunidades Sustentáveis, a meta propõe "fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo". Isso reforça o papel estratégico do patrimônio na construção de cidades resilientes, na geração de vínculos comunitários e na valorização da diversidade cultural.

Dessa forma, reconhece-se o papel desse campo na promoção do desenvolvimento sustentável, por envolver a participação popular e os investimentos nas comunidades, trazendo dinamismo aos bens culturais e reforçando os direitos culturais. Esse processo contribui para combater tanto a apropriação indevida quanto a espetacularização e a reificação de expressões culturais. Ainda assim, persistem riscos, tais como o turismo predatório, a gentrificação dos centros históricos e a mercantilização das culturas locais (Vargas, 2006; Greffe, 2012)

Antônio Augusto Arantes (1999) discute o tema a partir do reconhecimento de que a sustentabilidade é composta por duas dimensões interligadas e interdependentes dos bens culturais. A primeira, a dimensão do patrimônio-referência, está relacionada com os valores compartilhados por uma comunidade. Segundo o autor, "diz respeito aos sentidos enraizados e subentendidos na ação social; estes são os significados que estruturam a memória coletiva" (Arantes, 1999, p. 129). Já a segunda, o patrimônio-recurso,

> aponta para o potencial simbólico e funcional do bem cultural e que é passível de ser vivificado e transformado pela vida social tanto em termos práticos (visando o atendimento de novas necessidades do grupo social) quanto simbólicos (na incorporação a rituais e na construção de imagens que, por assim dizer, reinventam tradições e identidades) (Arantes, 1999, p. 130).

Além desse enfoque teórico, estudos empíricos recentes têm demonstrado que o reconhecimento econômico dos ecossistemas patrimoniais, que integram elementos naturais a bens culturais materiais e imateriais, pode oferecer bases sólidas para políticas pú-

blicas orientadas à sustentabilidade. A partir de um experimento de valoração econômica aplicado ao *Paisaje Cultural Cafetero*, na Colômbia, Gómez-Zapata *et al* (2025) mostraram que diferentes grupos de visitantes expressam elevada disposição a contribuir financeiramente para a preservação e para a promoção de atributos culturais específicos, como paisagens, tradições produtivas e expressões simbólicas. Os resultados apontam para o potencial dos ecossistemas como vetores de desenvolvimento territorial, geração de renda e bem-estar social, desde que ancorados em estratégias participativas e gestão articulada entre setores público e privado.



Os autores destacam que a sustentabilidade econômica dos bens culturais deve ir além da preservação física e incluir também sua integração aos sistemas produtivos locais e regionais.

Para Gómez-Zapata *et al* (2025), o patrimônio precisa ser gerido de maneira articulada com políticas de fomento, turismo cultural e formação profissional. Essa perspectiva reconhece o potencial dos bens culturais para gerar valor agregado, empregos e inovação. Contudo, desde que sua gestão respeite os limites culturais, sociais e ecológicos dos territórios nos quais estão inseridos.

A sustentabilidade, nesse contexto, é entendida como dimensão transversal. Sua efetivação depende da articulação entre proteção e uso adequado dos bens culturais, do acesso a meios de produção e circulação e da garantia de condições materiais para a continuidade das práticas. Ademais, também requer políticas que compreendam como as relações interseccionais de gênero, raça, classe e território influenciam - e são influenciadas - pelos bens culturais, reconhecendo também as estratégias locais de organização dos coletivos envolvidos.

Retomando a ideia de Sen (2000), a sustentabilidade exige justiça distributiva, ou seja, uma alocação de recursos que permita o florescimento das capacidades humanas e culturais. No campo do patrimônio, isso significa reconhecer que a preservação não pode se dissociar da dignidade dos sujeitos que são parte dele. A sustentabilidade dos bens culturais, portanto, implica tanto assegurar a sua continuidade para as próximas gerações quanto a garantia de vida digna para os agentes culturais e detentores na atualidade.

Essa perspectica dialoga com o conceito tridimensional de justiça defendido por Nancy Fraser (2009). Segunda a autora, além

da redistribuição, que envolve garantir recursos financeiros, técnicos e institucionais para a continuidade das práticas culturais, é preciso também promover o reconhecimento e a representação. O reconhecimento diz respeito à valorização de identidades, saberes e estéticas que foram historicamente marginalizadas. Já a representação está relacionada com a participação efetiva dos agentes culturais na formulação e gestão das políticas patrimoniais. Sob essa perspectiva, a sustentabilidade econômica dos bens culturais deve assegurar condições materiais para a reprodução das práticas culturais, ao mesmo tempo em que combate desigualdades estruturais, garante o respeito às diferenças e fortalece a autonomia política das comunidades envolvidas.



A sustentabilidade econômica do patrimônio cultural não diz respeito apenas as condições materiais e a transmissão intergeracional de saberes, mas envolve também o reconhecimento e valorização da diversidade cultural e a gestão coletiva dos bens culturais.

A pesquisa também se inspira no conceito de recursos de uso comum (*common-pool resources*), formulado por Elinor Ostrom (1990), para refletir sobre o patrimônio cultural como bem coletivo que exige formas compartilhadas e colaborativas de gestão. Assim como os recursos naturais geridos comunitariamente, os bens culturais imateriais e materiais demandam arranjos organizacionais que garantam seu uso sustentável sem comprometê-los para as gerações futuras.

Ostrom (1991) demonstrou que comunidades locais podem desenvolver normas eficazes de manejo e salvaguarda de seus recursos quando existem acordos pactuados de participação ativa, monitoramento comunitário e respeito às especificidades do território. Na mesma linha, Justin O'Connor (2024) defende que a cultura não é uma indústria e que os bens culturais não devem ser tratados meramente como mercadoria ou recurso estratégico, mas como parte de um sistema de valores compartilhados e incessantemente negociados entre os membros de uma comunidade.

Aplicado ao campo do patrimônio, esse referencial permite compreender que a sustentabilidade econômica não se resume à geração de renda. Ela envolve a construção de mecanismos coletivos e compartilhados de gestão, a repartição justa de benefícios, bem como a proteção contra apropriações e usos indevidos. Além disso, abrange a consolidação de

um terreno de luta por reconhecimento, pertencimento e representação. A legitimação do patrimônio como bem comum exige, portanto, políticas públicas que respeitem e potencializem essas dinâmicas, garantindo condições para a continuidade das práticas culturais em sua diversidade.

1.5 DO TEÓRICO AO EMPÍRICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os agentes culturais que atuam com os 12 bens culturais incluídos na pesquisa desenvolveram, historicamente, iniciativas visando garantir a autossustentabilidade. Como exemplos, pode-se pensar que, no Recôncavo Baiano, grupos de samba de roda articulam apresentações, oficinas e geração de renda por meio de associações culturais comunitárias. No Centro Histórico de São Luís, experiências de turismo de base comunitária e ocupação cultural demonstram como a articulação entre fruição, habitação e economia solidária pode sustentar práticas patrimoniais vivas. Em Recife, agremiações de frevo organizadas como cooperativas culturais combinam ensino, apresentações e comercialização de produtos, operando como estruturas híbridas que integram valorização simbólica e sustentabilidade econômica.

A escuta ao campo revelou que os bens culturais imateriais enfrentam desafios estruturais relacionados à valorização, financiamento e transmissão de saberes. Agentes culturais destacaram a sazonalidade dos apoios recebidos, a ausência de políticas públicas contínuas e a urgência de remuneração justa para mestres e praticantes. Problemas recorrentes como barreiras burocráticas, falta de infraestrutura e exclusão digital dificultam o acesso aos mecanismos de fomento. Já nos bens materiais, como centros históricos, o principal impasse reside no tensionamento entre preservação e permanência: as entrevistas apontam para os efeitos da gentrificação e a necessidade de políticas que combinem conservação patrimonial com garantia de moradia, infraestrutura urbana e justiça territorial.

Além de evidenciar os desafios, as entrevistas também trouxeram contribuições para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis. Entre as propostas, destacam-se a criação de fundos permanentes de apoio aos bens imateriais, a simplificação dos editais, o incentivo à profissionalização dos agentes culturais e a promoção de modelos de gestão compartilhada com forte participação comunitária. Essas demandas reiteram a importância de políticas que articulem preservação, salvaguarda, reconhecimento simbólico e viabilidade econômica, respeitando as especificidades culturais e territoriais dos bens patrimonializados.

A pesquisa vai tratar da sustentabilidade econômica do patrimônio cultural a partir de uma abordagem crítica e relacional.

Parte-se da premissa de que trata-se de um campo de disputa simbólica, política e econômica, no qual se articulam práticas sociais, memórias coletivas, identidades territoriais e relações de poder. Essa perspectiva dialoga com a tradição da Economia Política da Comunicação e da Cultura (Garnham, 1979; Mosco, 1996; Bolaño, 2000), que permite analisar criticamente as articulações entre os bens patrimonializados e os sistemas econômicos que os cercam.

O método orienta a identificação de contradições, a contextualização histórica e a análise das dinâmicas de poder associadas à produção, circulação e fruição do patrimônio. Na primeira etapa da pesquisa, a aplicação dos métodos de Mapeamento das Expectativas e de Encontros com Especialistas evidenciaram a importância de escutar as comunidades, reconhecer os arranjos próprios de proteção, gestão coletiva e financiamento dos bens, ampliar a noção de promoção para além da divulgação institucional e promover vínculos entre proteção, salvaguarda e sustentabilidade econômica.

Assim, a pesquisa pretende identificar as atividades econômicas relacionadas ao patrimônio cultural e analisar como aprimorar a integração entre essas atividades e as ações de preservação e salvaguarda. A imersão na dimensão econômica dos bens culturais brasileiros visa permitir que a pesquisa elabore um conceito de sustentabilidade econômica do patrimônio cultural construído empiricamente a partir do trabalho de campo.

Espera-se que a pesquisa possa contribuir para o fortalecimento da autonomia e o aprimoramento das condições materiais de agentes culturais, detentores/as, moradores/as de centros históricos, trabalhadores/as do patrimônio e organizações, sejam elas com ou sem fins lucrativos, que enfrentam o desafio de sobreviver no presente e assegurar a continuidade e a transmissão dos seus bens culturais para as próximas gerações.

PESQUISA PATRIMÔNIO CULTURAL, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE



2023

2. Revisão de Literatura

Esta seção apresenta os resultados da revisão sistemática de literatura executada na primeira etapa da pesquisa. O objetivo foi fazer um levantamento da produção acadêmica, técnica e institucional sobre a sustentabilidade econômica do patrimônio cultural brasileiro. O levantamento bibliográfico buscou identificar abordagens predominantes, lacunas e contribuições relevantes para a formulação de políticas públicas e a gestão da dimensão econômica dos bens culturais.

Os resultados indicam que a dimensão econômica do patrimônio cultural tem sido pouco explorada no âmbito dos estudos da cultura no Brasil, configurando-se como uma linha de investigação ainda em estágio inicial de desenvolvimento. Tal cenário evidencia a importância de um esforço sistemático de organização, análise e consolidação de referências teóricas e empíricas. Diante da escassez de estudos específicos sobre essa abordagem, optou-se por construir uma sistematização preliminar com ênfase em trabalhos de autoria nacional, sem, no entanto, desconsiderar aportes internacionais considerados pertinentes ao escopo da pesquisa. Ressalta-se que essa base teórica será continuamente atualizada ao longo do desenvolvimento da investigação.

O levantamento subsidiou a equipe na elaboração do desenho avaliativo da pesquisa e na elaboração dos instrumentos de coleta, bem como deverá contribuir para a sistematização e análise dos dados e resultados finais. Além disso, poderá servir como referência conceitual e metodológica para grupos de pesquisa e instituições interessadas na temática. A seguir, detalham-se os procedimentos metodológicos adotados para essa revisão. Em seguida, são apresentados os principais destaques em relação a abordagens metodológicas, conceituais e temáticas dos textos analisados.

QRcode para acesso ao portfólio

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento e a análise da literatura sobre a economia e a sustentabilidade do patrimônio cultural contemplaram publicações disponíveis até outubro de 2024, com acesso aberto e online. A metodologia, aplicada de setembro de 2024 a fevereiro de 2025, foi organizada em cinco etapas principais.

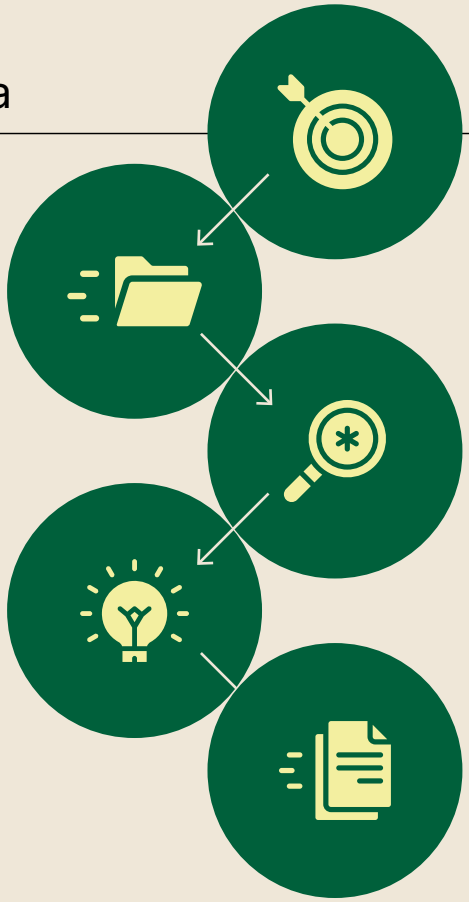
Para a coleta, foram definidas cinco expressões-chave alinhadas ao escopo da pesquisa: Economia do Patrimônio Cultural; Sustentabilidade Econômica e Patrimônio Cultural; Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Sustentável; Formas de Financiamento do Patrimônio Cultural; e Formas de Financiamento Complementar do Patrimônio Cultural. As bases de pesquisa selecionadas foram Google Acadêmico, Periódicos CAPES, Academia.edu, repositórios institucionais de universidades e institutos federais, entre outras fontes.

A etapa de coleta foi realizada entre setembro e outubro de 2024 e teve como resultado a seleção de **145 referências**, entre artigos, teses, dissertações, monografias, livros e relatórios.

FIGURA 5

Etapas da revisão de literatura

1. Definição de palavra-chave, bases de pesquisa e critérios de seleção/ exclusão de referências.
2. Coleta de produções técnico-científicas.
3. Análise e seleção das produções coletadas.
4. Acolhimento e seleção de produções por especialistas.
5. Análise e produção de dados a partir do portfólio bibliográfico definitivo.

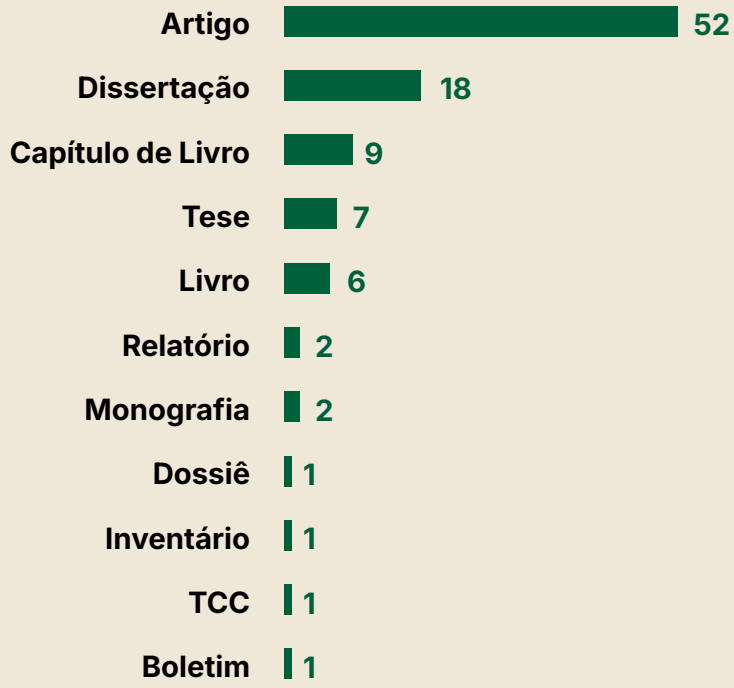


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

GRÁFICO 1

Tipos de Publicação

TIPOS DE PUBLICAÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2024 (N=100) EM NÚMERO DE PUBLICAÇÕES



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A aplicação da técnica Bola de Neve para complementar a pesquisa bibliográfica permitiu a integração de um conjunto de referências que foram indicadas por servidores/as do Iphan. A partir destas referências, outras publicações relevantes sobre o tema foram incorporadas ao portfólio.

Na etapa de análise e seleção das referências, adotou-se a técnica da leitura exploratória para avaliar a pertinência das fontes, acrescentando observações sobre o conteúdo de cada uma delas e parecer final sobre a possível adesão ao portfólio. Como resultado desse processo, foi organizado um portfólio bibliográfico composto por **80 publicações**.

A quarta etapa foi implementada com a realização de três edições do "Encontro com Especialistas", nos dias 16 e 17 de dezembro de 2024 e 04 de fevereiro de 2025. Nos encontros, pesquisadores/as do patrimônio cultural, gestores/as e servidores/ as do Iphan e de outras instituições, indicaram novas referências e, após filtragem, **20 novas publicações** foram inseridas ao portfólio.

Somados os trabalhos selecionados na revisão de literatura e os incorporados após os encontros com especialistas, o portfólio bibliográfico reuniu **100 trabalhos e documentos** publicados entre 2000 e outubro de 2024. Entre estes, a maioria são artigos científicos (52), seguidos por dissertações de mestrado (18).

A quinta e última etapa consistiu na análise qualitativa dos textos, na qual buscou-se classificar os trabalhos a partir do tipo de produção, período de publicação, filiação institucional dos/as autores/as, principais palavras-chave, além de identificar as tendências mais relevantes na discussão sobre a sustentabilidade econômica do patrimônio Cultural. Os resultados aqui apresentados são preliminares, tendo em vista que a imersão no campo permitirá a identificação de novas referências, que poderão ser acrescidas ao portfólio, a ser apresentado no relatório final da pesquisa.

2.2 DISTRIBUIÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS ESTUDOS

Das 100 publicações mapeadas destacam-se artigos científicos, capítulos de livro, dissertações, teses e outras modalidades acadêmicas e técnicas.

Em relação às palavras-chave utilizadas na coleta, a maior parte das publicações está concentrada na interface entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável (34), seguida por estudos sobre economia do patrimônio cultural (24) e formas de financiamento (21). As produções que abordam de maneira mais direta sustentabilidade econômica ou financiamento complementar do patrimônio cultural somam 21 publicações.

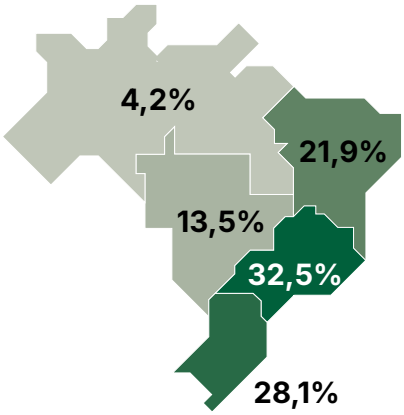
Com relação ao período em que os trabalhos foram publicados, metade (50) é do recorte temporal que vai de 2010 a 2019. A publicação mais antiga é o *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação,* documento publicado pelo Iphan em 2000. Foram identificadas 38 publicações entre 2020 e outubro de 2024, quando a coleta foi encerrada. Três trabalhos não apresentaram data de publicação.

Os trabalhos que compõem o portfólio são de autoria de 149 pesquisadores/as[3], institutos ou grupos de pesquisa, vinculados a instituições de ensino superior e órgãos governamentais. Dentre os/as brasileiros/as vinculados/as às instituições de ensino, observa-se uma predominância de profissionais atuantes em universidades federais e estaduais. Em relação às publicações internacionais, todas são provenientes de instituições de ensino ou grupos de pesquisas vinculados a universidades.

Entre os/as autores/as nacionais identificados/as, observa-se que a maioria está vinculada a instituições localizadas na região Sudeste (32,3%), seguida pelas regiões Sul (28,1%) e Nordeste (21,9%). As regiões Centro-Oeste (13,5%) e Norte (4,2%) aparecem com menor representatividade. Os estados com maior representação são o Rio Grande do Sul, com 20 autores/as ou grupos de pesquisa, seguidos pelo Rio de Janeiro e pelo Distrito Federal, com 13 vínculos cada, e Minas Gerais, com 11.

Em relação às publicações internacionais, verifica-se uma predominância de autores/as ou grupos de pesquisa vinculados a instituições da Itália (14), seguidos pela Espanha (10), Portugal (9) e França (4). Há ainda contribuições de outros países, como Bulgária, Noruega, Albânia, Estados Unidos, entre outros.

FIGURA 6
REGIÃO DE VÍNCULOS DOS/AS AUTORES/AS NACIONAIS



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

3. Autores/as e co-autores/as de mais de um trabalho foram contabilizados apenas uma vez. Quatro produções técnicas foram realizadas pelo Iphan e uma produção é da Fondazione Santagata for the Economics of Culture da Itália. Para esta contagem, essas publicações foram consideradas de autoria única e também contabilizadas apenas uma vez.

GRÁFICO 2:

Distribuição das publicações por palavras-chave

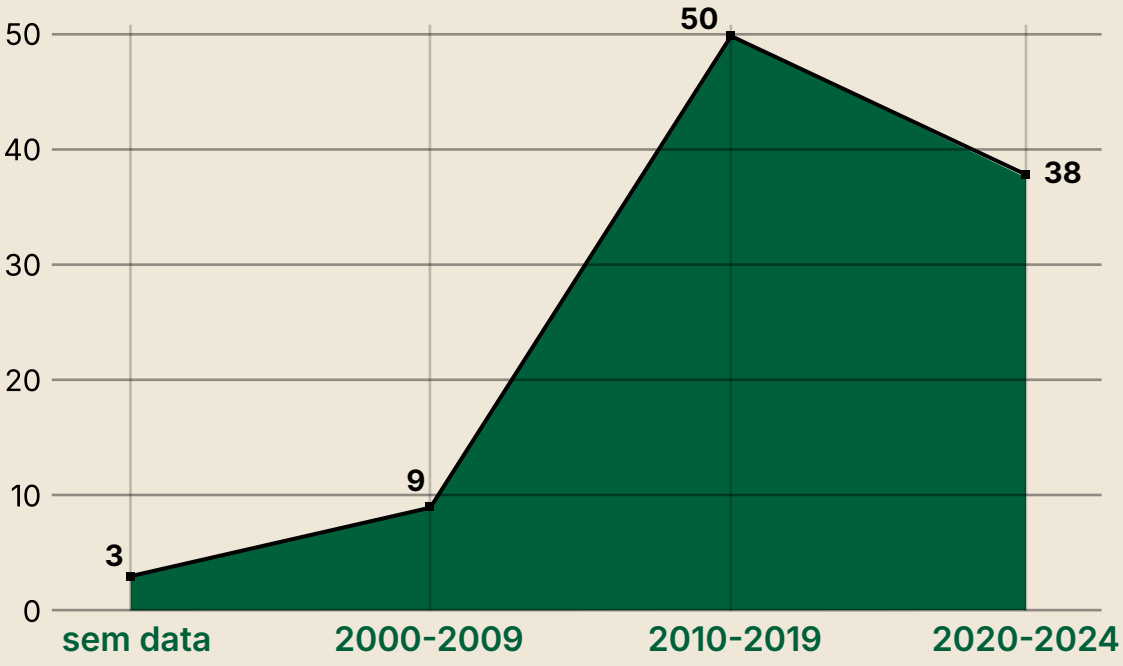
Publicações por dimensão



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

GRÁFICO 3:

Quantidade de publicações por recorte temporal



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

FIGURA 7:
Principais palavras-chave das publicações



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

2.3 PRINCIPAIS DESTAQUES

O processo de leitura e análise dos textos selecionados permitiu a identificação de consensos, padrões e lacunas na produção acadêmica sobre a sustentabilidade econômica do patrimônio cultural. Observou-se que, embora o conceito de sustentabilidade esteja consolidado desde a década de 1970 e seja amplamente debatido em diversas áreas do conhecimento, sua **aplicação específica ao patrimônio cultural ainda carece de estudos aprofundados**. Enquanto a dimensão ambiental da sustentabilidade do patrimônio cultural está presente em boa parte das publicações analisadas, a questão econômica surge frequentemente de forma secundária, sendo abordada em muitas pesquisas apenas indiretamente. Esse resultado evidencia a relevância da presente investigação, que busca consolidar um arcabouço analítico e empírico voltado especificamente para essa relação.

A análise permitiu identificar que, em geral, os trabalhos reconhecem a relevância da dimensão econômica para a sustentabilidade dos bens culturais. Contudo, frequentemente, a partir de abordagens que criticam a instrumentalização e a mercantilização do patrimônio. Ademais, diversos estudos destacam as desigualdades no acesso aos recursos e benefícios econômicos do patrimônio.

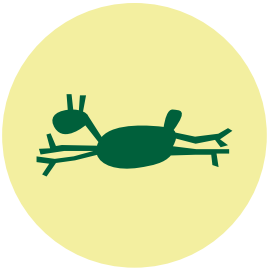
São também recorrentes os estudos que enfatizam a dependência excessiva de recursos públicos, as dificuldades na captação de investimentos privados, bem como a carência de instrumentos eficazes de mensuração. Por outro lado, as publicações também ressaltam experiências inovadoras, como modelos bem-sucedidos de integração entre o patrimônio cultural e o turismo sustentável, iniciativas de governança participativa e parcerias público-privadas. As duas seções a seguir apresentam um panorama da literatura a partir das abordagens metodológicas e da discussão conceitual sobre a dimensão econômica e a sustentabilidade do patrimônio cultural.

2.3.1 ABORDAGENS METODOLÓGICAS

A análise das referências revela uma diversidade significativa nos focos temáticos e metodológicos dos estudos sobre a economia do patrimônio cultural. Em relação aos objetos de estudo, observa-se uma consolidação da tradição investigativa centrada no patrimônio material, expressa na prevalência de trabalhos voltados à análise de bens imóveis, como centros históricos, museus, monumentos, mercados públicos e edificações em geral. Esses estudos frequentemente articulam a dimensão econômica e a sustentabilidade com temas como regeneração urbana, políticas de preservação material,

estratégias de revitalização física de espaços urbanos e estudos sobre públicos de equipamentos culturais.

As publicações sobre o patrimônio imaterial, embora menos numerosas, revelam abordagens consistentes sobre manifestações culturais, festas populares, tradições orais, saberes artesanais e práticas religiosas de matriz afro-brasileira, entre outras. Nesses casos, sobressaem preocupações com a perspectiva econômica e seus efeitos na transmissão intergeracional e na salvaguarda de conhecimentos tradicionais, a padronização dos produtos associados aos bens registrados e a submissão da produção e reprodução cultural às lógicas de mercado. Por fim, também foram identificadas, em menor número, pesquisas que tratam do patrimônio cultural, material e imaterial, a partir de perspectivas conceituais e políticas amplas, como estudos sobre dilemas normativos da Unesco sobre a comercialização do patrimônio imaterial e o papel da União Europeia em políticas de promoção econômica do patrimônio imaterial.



OS TEMAS MAIS RECORRENTES ENTRE OS TRABALHOS ANALISADOS INCLUEM:

1. Sustentabilidade do patrimônio cultural, em geral abordada a partir das dimensões econômica, social, ambiental e simbólica;
2. Mecanismos de financiamento, gestão e formulação de políticas públicas para a preservação e valorização dos bens culturais;
3. Articulação entre patrimônio e economia criativa, com ênfase nos impactos sobre os circuitos econômicos locais e regionais;
4. Relação entre patrimônio e estratégias de desenvolvimento local, regional e sustentável, especialmente no campo do turismo cultural;
5. Valoração simbólica e econômica dos bens culturais;
6. Usos sociais do patrimônio e os processos de inovação social e a participação comunitária.

Quanto ao recorte geográfico das investigações, a maioria das pesquisas mapeadas tem foco no Brasil. Também foram incluídos na revisão de literatura estudos dedicados a Portugal, Espanha, Itália, França, Moldávia, Equador e análises sobre a América Latina e a Europa. Há predomínio de recortes locais, focados em centros históricos, municípios e celebrações regionais. Em seguida, destacam-se abordagens de caráter nacional, voltadas à análise de políticas públicas brasileiras, avaliação de programas federais e estudo de mecanismos de fomento. Também é expressiva a presença de pesquisas com recorte estadual, com destaque para o Nordeste (Bahia,

Pernambuco, Maranhão), Sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro) e Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina). Por fim, identificam-se trabalhos com perspectiva internacional ou comparativa, fundamentados em referências teóricas e diretrizes de organismos supranacionais, como a Unesco e a União Europeia.

A análise dos trabalhos revela a predominância de abordagens qualitativas, de caráter exploratório e interpretativo, especialmente nas investigações voltadas ao patrimônio cultural brasileiro. O tipo de pesquisa mais recorrente é o estudo de caso, aplicado tanto a contextos locais quanto à análise de políticas públicas, projetos e programas institucionais. Revisões bibliográficas e análises documentais também figuram como métodos amplamente utilizados. Além disso, observou-se a presença de etnografias, estudos comparativos e investigações históricas voltadas à trajetória de políticas e programas públicos.

No que se refere às técnicas de coleta, predominam as entrevistas com agentes culturais, gestores, membros da comunidade e especialistas; bem como os estudos com observação participante, sobretudo em pesquisas de base etnográfica. Também são frequentes as pesquisas que aplicam análise de conteúdo a documentos oficiais, legislações, relatórios institucionais, projetos de intervenção e publicações acadêmicas. Com menor frequência, foram identificados trabalhos desenvolvidos a partir da aplicação de questionários estruturados.

"Fontes de dados secundários nas pesquisas: documentos oficiais, estatísticas públicas, relatórios institucionais, artigos científicos, livros, legislações, arquivos administrativos."

Quanto ao tipo de dados mobilizados, verifica-se a prevalência de dados secundários provenientes de documentos oficiais, estatísticas públicas, relatórios institucionais, artigos científicos, livros, legislações e arquivos administrativos. Os dados primários aparecem, em geral, relacionados à realização de entrevistas e observações de campo.

Identificou-se um número reduzido de pesquisas com abordagem quantitativa ou de natureza metodológica mista. Os estudos quantitativos concentram-se, em sua maioria, na análise de bases de dados, distribuição de recursos e indicadores de políticas públicas. Já os trabalhos de abordagem mista tendem a combinar entrevistas, questionários e análise documental, mas raramente aplicam técnicas estatísticas avançadas.

Poucos trabalhos envolvem diretamente as comunidades detentoras do patrimônio cultural. Mais da metade das produções analisadas baseia-se exclusivamente em métodos bibliográficos, revisões teóricas ou análises documentais, sem interlocução com agentes culturais, como gestores, pesquisadores ou membros de comunidades tradicionais. Cerca de 30% das pesquisas consultadas estabeleceram algum diálogo com profissionais da gestão pública e do meio acadêmico, vinculados a órgãos de proteção ao patrimônio, universidades e instituições de pesquisa. Cerca de 20% dos estudos priorizam a participação

efetiva de agentes culturais das comunidades locais ou de grupos de detentores, por meio de entrevistas em profundidade, observação participante, grupos focais ou aplicação de questionários.

2.3.2 A DIMENSÃO ECONÔMICA E A SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A análise da literatura evidencia que o patrimônio cultural é frequentemente conceituado como bem público ou bem comum (Ostrom, 1990), reconhecido pela sua relevância coletiva, sua natureza difusamente compartilhada e sua importância para o desenvolvimento local e nacional. Muitos trabalhos analisados mencionam Françoise Benhamou (2016) para definir o patrimônio cultural como sendo composto por bens semipúblicos, únicos e não-reproduzíveis, que geram externalidades positivas, prestígio nacional e contribuem para a construção de identidade e pertencimento.

Diversos trabalhos ressaltam o papel do patrimônio na geração de capital social e no fortalecimento do engajamento comunitário, uma vez que iniciativas de valorização contribuem, por exemplo, para a inclusão social e a cooperação entre atores diversos (Souza, Laurentiz, 2019; Silva, 2020; Freitas Neto, Silva, 2024). Nessa perspectiva, a maioria das referências analisadas sustenta que, enquanto bem público, o patrimônio demanda proteção institucional, políticas públicas de promoção do acesso universal e fomento estatal, dado que seus benefícios extrapolam os interesses privados e alcançam a coletividade (Oliveira, 2013; Bortolotto, 2021; Iphan, 2022).

Há também relativo consenso quanto ao reconhecimento do patrimônio como capital cultural, a partir do conceito cunhado por David Throsby (2021), indicando que os benefícios abrangem distintas dimensões do desenvolvimento. Estudos como os de Czerny (2003) e Hierro & Fernández (2013) o concebem como ativo econômico, com potencial para impulsionar o desenvolvimento local por meio da geração de emprego e renda, e da atração de investimentos para cidades e regiões.

A literatura também enfatiza a contribuição do turismo cultural para a sustentabilidade financeira dos territórios, ao dinamizar a economia local e estimular a criação de novos empreendimentos (Oliveira, 2013; Fonseca, 2008; Santos, 2003). Gorgulho *et al.* (2018) destacam que a economia do patrimônio é também fonte de receita pública, via arrecadação de impostos, enquanto Pinto (2019) evidencia como sua ativação econômica estimula práticas inovadoras e sustentáveis, gerando efeitos positivos sobre bem-estar, pertencimento e qualidade de vida. Perspectivas contemporâneas ampliam

esse debate ao incorporar a economia criativa e a inovação social, como propõem Horowitz (2023) e Barreiro e Parga-Dans (2013), que apontam o patrimônio como vetor de novos arranjos produtivos e modelos econômicos emergentes. Conforme destaca Pereira (2018):

> Na primeira década do século XXI a atenção se orienta cada vez mais para identificar e fortalecer o significado que o patrimônio desempenha nas diferentes escalas, em que os bens culturais não possuem apenas valores históricos e/ou artísticos, mas também econômicos e ambientais, relacionados ao desenvolvimento sustentável. (Pereira, 2018, p. 9)

A sustentabilidade econômica do patrimônio cultural é concebida, na maioria dos trabalhos analisados, como a capacidade de garantir sua preservação, valorização e transmissão intergeracional, articulando a proteção dos valores culturais com a geração e distribuição de benefícios econômicos para as comunidades e os territórios. Muitos autores fazem referência à definição proposta por Arantes (2006), segundo a qual a sustentabilidade refere-se à capacidade de viabilizar economicamente o uso do patrimônio sem comprometer sua função social e simbólica. Já Giorge Silva (2020), ao estudar o Maracatu de Baque Solto, em Pernambuco, apresenta uma concepção advinda da prática comunitária, destacando que a sustentabilidade econômica consiste na autossuficiência do bem cultural, sem dependência de subsídios externos e sem comprometer os recursos pessoais de seus detentores:

> A sustentabilidade, na visão de alguns maracatuzeiros entrevistados, consiste naquela atividade que pode se sustentar sem depender de outro trabalho ou recurso que aquele que a pratica porventura tenha fora dela. Ou seja, uma atividade sustentável deve se autossustentar (Silva, 2020 p. 127)

Portanto, a literatura aponta o uso econômico do patrimônio como uma estratégia de viabilidade, desde que orientada por princípios comunitários de preservação da dimensão simbólica, requalificação do espaço público e governança participativa. Entretanto, as referências analisadas, em geral, evidenciam o dilema recorrente entre a valorização turística e a mercantilização, de um lado, e a salvaguarda de valores simbólicos, sociais e identitários do patrimônio cultural, do outro lado. Em geral, os trabalhos adotam uma perspectiva crítica sobre a mercantilização do patrimônio, ao analisar sua conversão em produto turístico, sujeito às dinâmicas de mercado e consumo. Esse

"As políticas que incentivam o uso turístico e mercadológico dos bens culturais tem gerado processos de gentrificação, descaracterização e exclusão de comunidades tradicionais"

cenário é atravessado por conflitos em torno da apropriação, uso e valoração do patrimônio cultural. Muitos trabalhos destacam que as políticas que incentivam o uso turístico e mercadológico dos bens culturais tem gerado processos de gentrificação, descaracterização e exclusão de comunidades tradicionais (Figueira, 2016; Bortolotto, 2021). Elaine Santana do Ó (2024), ao analisar os efeitos do processo de patrimonialização do Centro Histórico de Olinda, concluiu que:

> Os preços aumentam desde o aluguel à alimentação, forçando os moradores a se mudarem do local. Dessa maneira, as áreas patrimonializadas, passam a ser comumente habitadas por uma classe média que busca consumir a cultura e o 'aconchego' que normalmente os sítios históricos costumam ter." (Ó, 2024, p.21).

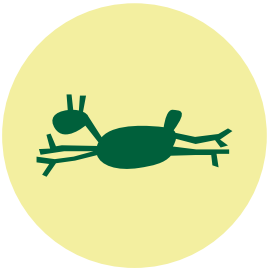
Vários autores também fazem críticas à possibilidade de uma leitura excessivamente econômica do patrimônio cultural, que comprometa as funções sociais e culturais do mesmo. Pelegrini (2009), Zanirato (2016) e Bortolotto (2021) problematizam o risco de redução funcionalista, defendendo abordagens integradas entre os valores econômicos, sociais e simbólicos.

Os desafios da sustentabilidade econômica do patrimônio relatados pela literatura são diversos e incluem as desigualdades no acesso aos recursos, sejam eles do patrimônio material ou imaterial. Os trabalhos apontam precariedades nas estruturas, vulnerabilidades da atuação profissional e barreiras estruturais que dificultam o acesso a fomento público, infraestrutura e reconhecimento, especialmente para localidades periféricas, grupos tradicionais e pequenas instituições (Silva, 2020; Morende, 2020).

Canedo (2023) discute tensões na apropriação dos benefícios econômicos gerados pela capoeira, destacando desigualdades raciais, de gênero e de acesso a políticas públicas em um quadro de agentes culturais caracterizado por informalidade, pouca institucionalidade e baixa qualificação técnica para captação de recursos. Ademais, a maioria dos textos discutem a dependência de recursos estatais, seja por meio de incentivos fiscais, fundos públicos ou editais, trazendo como risco a vulnerabilidade diante de cortes orçamentários e de descontinuidade de políticas (Pelegrini, 2009; Bem, Waismann, Araújo, 2017).

Assim, o debate sobre a dimensão econômica do patrimônio cultural transita entre a defesa da relevância da dimensão econômica, as abordagens críticas à instrumentalização mercadológica e a proposição de modelos de gestão integrados à valorização territorial, ao engajamento comunitário, à proteção cultural e a busca por so-

luções inovadoras e alternativas de sustentabilidade (Martin, 2024; Horowitz, 2023). Trabalhos como os de Fonseca (2008), Oliveira (2013) e Morende (2020) destacam a importância do uso sustentável do patrimônio nas economias locais, desde que protegidos contra formas predatórias de exploração.



Nesse sentido, muitos autores endossam o princípio da "comercialização sem comercialização excessiva", conforme sintetiza Chiara Bortolotto (2021, p. 72), ao analisar os documentos da Unesco sobre a economia do patrimônio.

A autora destaca que o órgão distingue a "boa" comercialização, aquela com benefícios para as comunidades, da "má" comercialização, caracterizada por apropriação indevida e descontextualização cultural. Vale também, nesse sentido, as proposições de autores como Throsby (2001), Greffe (2012) e Benhamou (2016), que propõe, como abordagem da economia política do patrimônio, o equilíbrio entre os interesses mercadológicos, os mecanismos de fomento público e os princípios de sustentabilidade.

No que concerne às recomendações, a literatura analisada converge para proposições que buscam aprimorar a sustentabilidade econômica do patrimônio cultural a partir do reconhecimento e valorização institucional dos saberes tradicionais (Carvalho, 2011; Morende, 2020; Canedo, 2023). Uma das principais recomendações é a diversificação das fontes de financiamento, com ênfase em modelos que combinem recursos públicos, privados e da sociedade civil, incorporando mecanismos como incentivos fiscais, parcerias público-privadas, financiamento coletivo e micromecenato (Santos; Perez, 2018; Tasca; Milan, 2023).

A gestão participativa e o engajamento comunitário são indicados como fundamentais para assegurar legitimidade, inclusão e permanência dos sentidos culturais, especialmente na definição e alocação dos recursos (Caldeira et al., 2018; Freitas Neto; Silva, 2024). Diversos autores também recomendam a desburocratização e ampliação do acesso democrático aos recursos, por meio da simplificação de processos, da adequação dos editais à realidade dos processos organizativos dos grupos culturais e da oferta de apoio técnico e capacitação local (Silva, 2020; Canedo, 2023).

A literatura enfatiza ainda a importância da integração multissetorial,

articulando políticas culturais com áreas como urbanismo, educação e turismo, a fim de ampliar o alcance e a efetividade das ações (Oliveira, 2013; Gorgulho et al., 2018). Por fim, destaca-se a necessidade de instrumentos de monitoramento e avaliação, com a criação de indicadores que permitam mensurar os impactos econômicos, sociais e culturais das políticas adotadas (Fonseca, 2008; Hierro; Fernández, 2013).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro relatório da pesquisa Patrimônio Cultural, Economia e Sustentabilidade apresenta os pressupostos teóricos que embasam o estudo e consolida os resultados preliminares da revisão de literatura sobre a sustentabilidade econômica do patrimônio cultural. A partir do levantamento de 100 publicações e documentos institucionais, identificou-se que o tema ainda é pouco explorado, mesmo nas publicações sobre sustentabilidade. Em relação às metodologias empregadas, identificou-se uma lacuna representativa de pesquisas com dados primários, com predominância de estudos de casos e análises com dados secundários ou qualitativas. As próximas etapas da pesquisa buscarão aprofundar a análise das fontes selecionadas e incluir novas referências identificadas ao longo da pesquisa de campo.

Os resultados apontam para a necessidade de aprofundamento conceitual e de desenvolvimento de metodologias que reconheçam as especificidades do patrimônio cultural, sobretudo o imaterial, considerando-o como um bem coletivo que exige formas compartilhadas e colaborativas de gestão, conforme formulado por Elinor Ostrom (1990) e Justin O'Connor (2024). O mapeamento realizado também reforça a importância de políticas públicas intersetoriais e participativas, que levem em consideração as dinâmicas territoriais, os arranjos coletivos de gestão e as formas locais de governança cultural.

A revisão de literatura serviu de base para a elaboração dos instrumentos de coleta de dados e será fundamental para as análises empíricas que serão conduzidas nos próximos relatórios da pesquisa. Espera-se que os achados aqui sistematizados contribuam não apenas para orientar os caminhos da pesquisa, mas também para subsidiar debates públicos e formulações de políticas voltadas à proteção e à sustentabilidade dos bens culturais brasileiros. Ao consolidar os pressupostos teóricos e o portfólio bibliográfico, este relatório oferece insumos para pesquisadores/as, gestores/as e agentes culturais comprometidos/as com a valorização do patrimônio como bem comum e vetor de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina M. R. M. A emergência do Outro no campo do Patrimônio Cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. S.7, p. 9-20, 2008.

ABREU, Regina M. R. M. Dez Anos da Convenção do Patrimônio Imaterial: Ressonâncias, Apropriações, Vigilâncias. **E-Cadernos CES** (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal), v. 21, p. 5-15-15, 2014.

ABREU, Regina M. R. M. Memorar os Patrimônios: uma via para os desafios no contemporâneo. **Óculo-Revista do Patrimônio Cultural**, v. 2, p. 82-92, 2018.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de; ANDRADE, Mário de. **Correspondência anotada: Rodrigo M. F. de Andrade e Mário de Andrade**. Organização: Maria de Andrade; notas: Clara de Andrade Alvim, Lélia Coelho Frota. São Paulo: Todavia, 2023.

ARANTES, Antônio Augusto. **Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano**. Projeto História, São Paulo, 18 maio 1999, p. 121-134.

O Patrimônio cultural e seus usos: A Dimensão Urbana. **Habitus Goiânia**, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006.

BARREIRO, David; PARGA-DANS, Eva. **El valor económico del patrimonio cultural**: estrategias y medidas posibles para estimular la innovación social y los emprendimientos. Anais do Seminário Internacional "O Patrimônio Cultural: uma contribuição para o desenvolvimento endógeno", Quito (Equador): Universidad Andina Simón Bolívar, 6–7 nov. 2013.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. **Tellus**, ano 6, n. 10, p. 11–21, abr. 2006.

BEM, Judite Sanson de; WAISMANN, Moisés; ARAUJO, Margarete Panerai. Patrimônio cultural e recursos da Lei Rouanet de 2007 a 2016. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 161–185, , jan./jun. 2017.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições Sesc, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 ago. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm. Acesso em: 31 jul. 2025.

BOLAÑO, César. **Economia Política da Comunicação e da Cultura**. São Paulo: Editora Paulus, 2000.

BORTOLOTTO, Chiara. Comercialização "boa" e "má": dilemas normativos entre as racionalidades do patrimônio. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 12, jul. 2021.

CALDEIRA, Alef; ÁVILA, Helora; SEVERO, Patrícia; FARINHA, Alessandra. A Sustentabilidade Econômica dos Bens Culturais Materiais em Jaguarão, RS: o caso do Mercado Público. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, 2018.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANEDO, Daniele Pereira (Coord.). **Capoeira de Salvador**: economia criativa e gestão cultural. Relatório técnico – Observatório da Economia Criativa da Bahia (OBEC), Universidade Federal da Bahia, 2023.

CANEDO, Daniele Pereira. Políticas culturais para a economia criativa: considerações para um desenvolvimento inclusivo, diverso e sustentável. In: ROCHA, Sophia Cardoso; VARELLA, Guilherme Rosa (org.). **Novo Plano Nacional de Cultura e 4ª CNC: contextos, desafios, proposições**. Brasília: Ministério da Cultura, 2024. p. 62-73.

CARVALHO, José Jorge de. A economia do axé: os terreiros de matriz afro-brasileira como fonte de segurança alimentar e rede de circuitos econômicos e comunitários. *In:* ARANTES, Luana Lazzeri; RODRIGUES, Monica (Orgs.). **Alimento: Direito Sagrado**. Pesquisa socioeconômica e cultural de povos e comunidades tradicionais de terreiros. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2011. p. 37–74.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Maria Aparecida de Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHUVA, Cristina. Patrimônio, memória e turismo: desafios da sustentabilidade. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 15, p. 78–94, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *In:* **Revista do Patrimônio**, nº 34/2012. Rio de Janeiro: IPHAN (organização: Márcia Chuva)

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. tradução: Sandra Maria Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 5. ed. – Porto Alegre : Penso, 2021.

CZERNY, Miroslawa. El patrimonio como promotor del desarrollo económico local: el interés económico frente a la sostenibilidad. **Espacio y Desarrollo**, Lima, n. 15, p. 141–151, 2003.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. Tradução de Ana Carolina Freitas Lima Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. **Lua Nova**, São Paulo, n. 77, p. 11–39, 2009.

FIGUEIRA, Michel Constantino. **O espetáculo turístico do patrimônio cultural da humanidade: preservar para atrair os consumidores de passado**. Orientador: Prof. Sidney Gonçalves Vieira. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

FONSECA, Susana Maria Salgueiro Rebelo da. **Valoração e Procura de Património Cultural**: O Museu de Lamego. Orientador: Prof. Dr. João Rebelo. Dissertação (Mestrado em Economia das Organizações) – Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2008.

FREITAS NETO, Leonardo; SILVA, Maurício Ferreira. O papel do patrimônio cultural no desenvolvimento local na Bahia: a experiência de Cachoeira. **Cadernos do CEOM**, v. 37, n. 60, jun. 2024.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GARNHAM, Nicholas. Contribution to a political economy of mass media. In: GARNHAM, Nicholas (Ed.). Capitalism and communication. Londres: Sage, 1979.

GNECCO, Cristóbal. Heritage in Multicultural Times. *In*: Waterton, Emma; Watson, Steve. **The Palmgrave Handbook of Contemporary Heritage Research**. London, Palmgrave MacMillam, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os bens culturais como valor social. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 2, n. 1, p. 21-47, 1996.

GÓMEZ-ZAPATA, Jonathan Daniel; HERRERO-PRIETO, Luis César; ARBOLEDA--CARDONA, James Alberto. A choice experiment economic valuation of cultural heritage tourism ecosystems. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 33, n. 3, p. 591–612, 2025.

GORGULHO, Luciane Fernandes; BORGES, Eduardo Bizzo de Pinho; ZENDRON, Patricia; DUNHAM, Fabricio Brollo. Patrimônio Cultural. *In:* FERRARI, Marcos; et al. (Orgs.). **O BNDES e as agendas setoriais: contribuições para a transição de governo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2018. p. 153-161.

GREFFE, Xavier. La economía política del patrimonio cultural en el tiempo del desarrollo sostenible. **Revista de Investigación en Cultura y Desarrollo**, n. 2, p. 17–25, 2012.

GUDYNAS, Eduardo. **Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible: Ensayos en la Margen Derecha**. Montevideo: Ediciones Coscoroba, 2002.

HARVEY, David. **The Enigma of Capital and the Crises of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HIERRO, Juan Alonso; FERNÁNDEZ, Juan Martín. Activos culturales y desarrollo sostenible: la importancia económica del patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 50, n. 3, p. 1133–1147, dez. 2013.

HOROWITZ, Renata Galbinski. **A economia criativa e a preservação do patrimônio cultural**: um estudo de caso do distrito criativo de Porto Alegre. 2023. 122 f. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Política do Patrimônio Cultural Material**. Brasília: IPHAN, 2022a. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br. Acesso em: 31 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **A identificação do patrimônio cultural pela lente das referências culturais:** conquistas e obstáculos de um percurso. Brasília: IPHAN, 2022b.

LEITÃO, Cláudia. **Criatividade e emancipação nas comunidades-rede: contribuições para uma economia criativa brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

MAGNO, Marluce Reis.; ABREU, Regina. Patrimônio, turismo e culturas populares: vários agentes, múltiplos desafios. *In:* **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 9, p. 97-113, 2019.

MARTÍN, María Luisa Walliser. Sostenibilidad y patrimonio: aportaciones desde el diseño. **Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación**, Madrid, nº 216, p. 47–64, 2024.

MORENDE, Vinicius Navarro. **A economia do patrimônio cultural imaterial na Chapada Diamantina:** um estudo sobre os territórios simbólicos dos saberes e fazeres dos ofícios de oleiros e adobeiros em Morro do Chapéu. Orientador: Prof. Dr. Messias Guimarães Bandeira. 2020. 305 f. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Salvador, 2020.

MOSCO, Vicent. The Political Economy of Communication. Rethinking and Renewal. Londres: Sage Publications, 1996, 307 p.

Ó, Elaine Santana do. **O processo de patrimonialização do Sítio Histórico de Olinda e os seus efeitos na população local**. 2024. 225 f. Orientadora: Dra. Priscila Faulhaber Barbosa. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2024.

O'CONNOR, Justin. Global Cultural Policy at the Crossroads: Reflections on the Summit of the Future. **Culture Policy Room**, 2024. Disponível em: https://resetartsandculture.com/wp-content/uploads/2022/02/CP3-Working-Paper-Art-Culture--and-the-Foundational-Economy-2022.pdf. Acesso em: fev 2025.

OLIVEIRA, Rafael Escobar de. **Sustentabilidade econômica no patrimônio histórico arquitetônico**. Orientador: Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch. 2013. 63 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PELEGRINI, Sandra. A Salvaguarda e a Sustentabilidade do Patrimônio Imaterial Brasileiro: Impasses e Jurisprudências. *In:* FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (Orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental:** questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; FAPESP, Campinas: Nepam, 2009, 99-118.

PEREIRA, Júlio César. **Sustentabilidade no patrimônio histórico nas edificações revitalizadas**. Anais do PATORREB – Seminário Internacional de Reabilitação do Patrimônio Construído, 2018.

PINTO, Izabela Martins de Oliveira. **O Patrimônio Cultural e o Desenvolvimento Sustentável**. Orientador: José Simões de Belmont Pessôa. 2019. 181 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio cultural e identidade: reflexões sobre a prática preservacionista no Brasil. **Revista Patrimônio & Memória**, v. 3, n. 1, p. 15-34, 2003.

SANTOS, Javier Verdugo. El Patrimonio Histórico como factor de desarrollo sostenible: una reflexión sobre las políticas culturales de la Unión Europea y su aplicación en Andalucía. **Cuadernos de Economía de la Cultura**, Sevilha, nº 1, jan.-jun. 2003.

SANTOS, Javier Verdugo; PÉREZ, Juan Blánquez. Economía de la cultura y «enfermedad de los costes»: hacia una sostenibilidad del patrimonio cultural. *In:* GÓMEZ, Lourdes Roldán; et al. (Orgs.). **Más de veinte miradas al paisaje cultural de la ciudad portuaria de Montevideo (Uruguay)**. Madrid / Montevideo: UAM Ediciones; Universidad Católica del Uruguay, 2018.

SMITH, Laurajane Smith (2006). Uses of Heritage. London: Routledge, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Frederico Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery (Org.). **Indicador de desenvolvimento da economia da cultura**. Brasília: IPEA, 2010.

SILVA, Giorge Patrick Bessoni e. **O que eu ganho com isso?** desafios da sustentabilidade econômica do patrimônio imaterial a partir do Maracatu de Baque Solto. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, Luis Fellipe Dias; LAURENTIZ, Luiz Carlos de. **Sustentabilidade, cultura e patrimônio em festas populares:** o exemplo da Festa de Agosto. VII ENSUS – Encontro de Sustentabilidade em Projeto – UFSC – Florianópolis, 2019.

TASCA, Rafaela Menegoti. **Agenda 2030 e as perspectivas de financiamento do patrimônio cultural:** um estudo de caso do programa Matchfunding BNDES+. 2023. Orientador: Prof. Dr. Marcelo Milan. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2023.

THROSBY, David. **Economics and culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris: UNESCO, 1972.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

UNESCO. **Creative economy report 2013: special edition: widening local development pathways**. Nova York, 2013.

VARGAS, Iraida. Turismo e patrimônio cultural: entre o preservacionismo e o mercado. **Revista Brasileira de Turismo**, v. 7, n. 2, p. 45-59, 2006.

VILLARES, Luise. Celso Furtado e a importância do desenvolvimento atrelado à criatividade e ao patrimônio cultural. *In*: QUINTELA, Adroaldo; et al. (Org.). **Celso Furtado: os combates de um economista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2020. p. 253–267.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível. **Revista Confluências Culturais**, v. 5, n. 2, p. 200-211, set. 2016.

ANEXOS

Portfólio Bibliográfico - Textos considerados na revisão de literatura
Composição do Portfólio Bibliográfico_28abr



REALIZAÇÃO

obec Observatório da Economia Criativa

UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

IPHAN

MINISTÉRIO DA CULTURA